

---

# Reconhecer para erradicar

o impacto das desigualdades de gênero e  
raça na manutenção de vulnerabilidades



Financiado pela  
União Europeia



Grupo de Trabalho da Sociedade  
Civil para a Agenda 2030

---

# Créditos

Reconhecer para erradicar  
o impacto das desigualdades de gênero e raça  
na manutenção de vulnerabilidades

Este documento faz parte do projeto Agenda 2030 no Brasil:  
difusão e promoção dos ODSs 1 e 2, em que ActionAid foi  
selecionada no II Edital de Seleção Interna de Projetos do  
GTSC-A2030, com financiamento de União Europeia.

Organizadores

Ana Paula Brandão e Francisco Menezes

Texto

Francisco Menezes

Colaboração

Tricia Calmon, Renata Sofia, Andiará Ramos Pereira,  
Bharbara Botto e Rafael Nunes

Revisão

Matheus Vieira

Projeto gráfico

Bea Martins

---

---

# Sumário

1	Introdução	pg. 6
2	Considerações iniciais	pg. 12
3	Desigualdade de gênero, raça e etnia na renda e emprego	pg. 17
4	Pobreza não monetária	pg. 64
5	Desigualdade de gênero e raça/cor, insegurança alimentar e fome	pg. 66
6	Programa Bolsa Família	pg. 87
7	Auxílio Emergencial	pg. 89
8	Medidas de urgência e de médio e longo prazo	pg. 102
9	Considerações finais	pg. 115



---

Este documento é produto do projeto Agenda 2030 no Brasil: difusão e promoção dos ODSs 1 e 2.

INTRODUÇÃO

---

Tem como meta ajudar na identificação e na avaliação dos impactos das desigualdades de gênero e étnico-raciais, importantes determinantes da pobreza e da insegurança alimentar no Brasil.

---

A Agenda 2030 tem como primeiro objetivo “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”. E no Objetivo 2 está descrito: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”. O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil da Agenda 2030 monitora o desempenho do Brasil no processo de cumprimento desses objetivos, e sempre observou que as condições de pobreza e insegurança alimentar são determinadas pelos componentes das desigualdades citadas. Esta é a motivação deste estudo<sup>1</sup>.

---

1. Contou-se com as honrosas contribuições de Itanacy Oliveira (Casa da Mulher do Nordeste), Suelaine Carneiro (Geledés e Grupo de Trabalho da Agenda SC 2030), Tricia Calmon (ActionAid), Viviane Santiago (Grupo de Trabalho da Agenda SC 2030), mas o conteúdo desse relatório é responsabilidade exclusiva de ActionAid.

O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil da Agenda 2030 monitora o desempenho do Brasil no processo de cumprimento desses objetivos, e sempre observou que as condições de pobreza e insegurança alimentar são determinadas pelos componentes das desigualdades citadas. Esta é a motivação deste estudo<sup>1</sup>.

O estudo valeu-se de um conjunto de dados e informações disponíveis em fontes primárias<sup>2</sup> e secundárias. Ao longo da busca, foi constatado que há disponibilidade de dados para questões como renda, emprego e ensino. Já para outras, a carência é quase total. É nítida, por exemplo, a necessidade de aumentar a mobilização para a coleta de dados desagregados por gênero e raça na zona rural e em pequenos municípios do país, tanto pelos institutos oficiais de pesquisa quanto por organizações independentes que trabalham nessas áreas. Deve haver foco sobre os fenômenos que estruturam questões como

---

2. Realizou-se um Grupo Focal com mulheres participantes de diferentes partes do país que trouxe depoimentos de quem vive diretamente as questões tratadas nesse documento. Algumas manifestações dessas mulheres foram transcritas neste documento.

violência doméstica, trabalho doméstico, trabalho informal, casamento infantil e gravidez na adolescência. Pela limitação de tempo e de recursos disponíveis para o projeto, o estudo teve sua abrangência forçosamente restrita, sem conseguir discriminar dados igualmente importantes em relação a povos indígenas e comunidades quilombolas, nem por regiões do país.

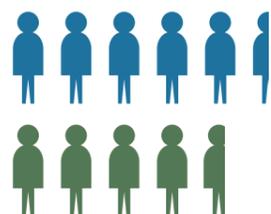
A seguir apresentam-se alguns dos dados e informações coletados. Em seguida, seus significados são avaliados a partir da ótica sobre os impactos destas desigualdades frente a pobreza e a insegurança alimentar.

---

# Considerações gerais



Em 2021, a população brasileira totaliza aproximadamente 214,4 milhões de pessoas. Segunda dados de 2015 do IPEA



51% era do sexo feminino

49% era do sexo masculino

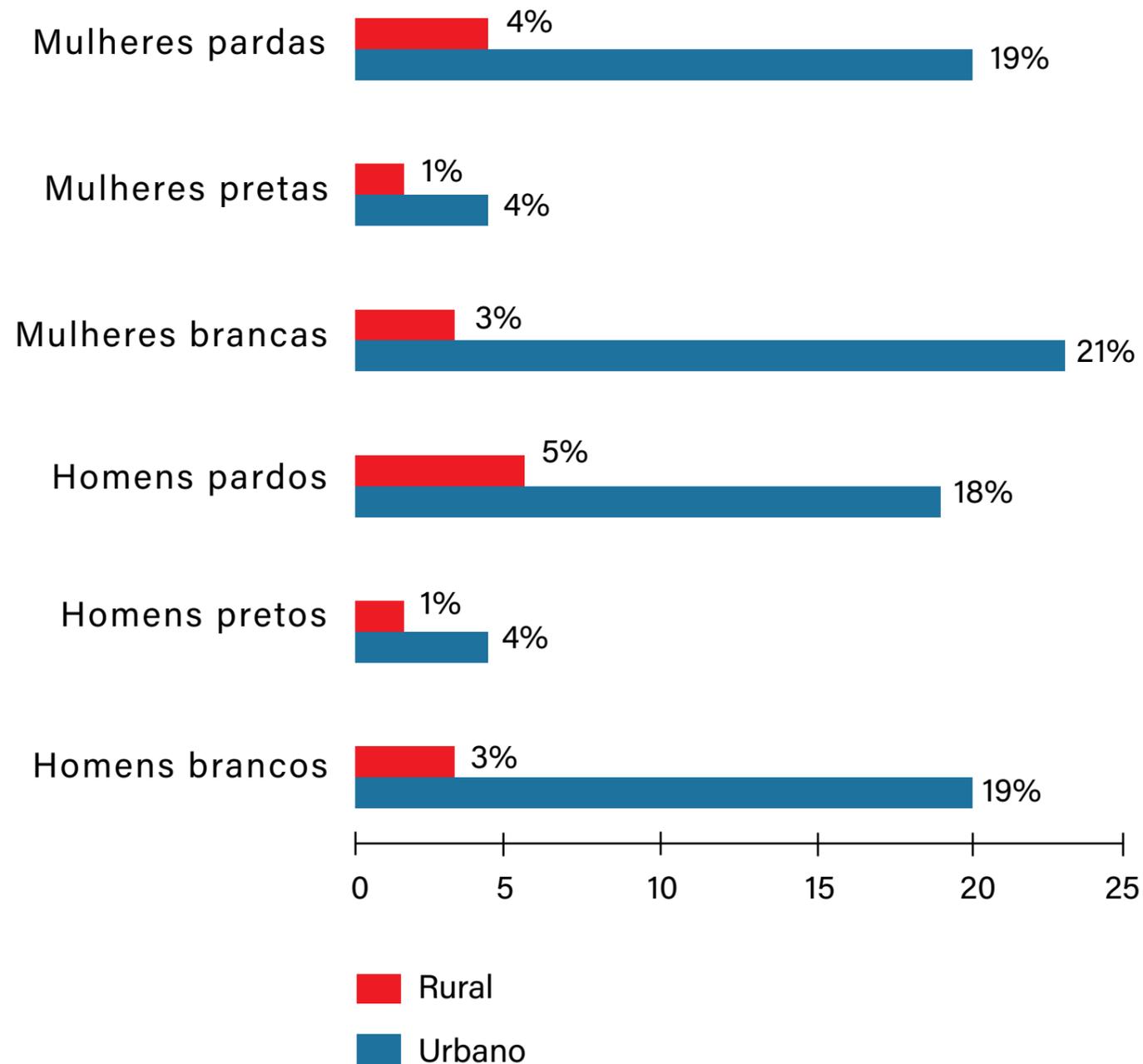
Uma proporção de 85% dos residentes no país vivia em domicílios no espaço urbano, enquanto 15% na área rural. A maioria desta população – 54% – era negra (preta ou parda), enquanto 45% se autodeclaravam branca. Nas cidades, os brancos correspondiam a 47%, enquanto pretos e pardos representavam 52% dessa população. Já nos campos 34% eram brancos e 64% pretos e pardos. Nas áreas urbanas, entre os brancos, 47% eram homens e 53% mulheres. Para pretos e pardos, 49% eram do sexo masculino e 51% do feminino. Por fim, na área rural, 51% das pessoas brancas eram do sexo masculino e 49% do feminino. Já para pretos e pardos, 53% eram homens e 47% mulheres<sup>3</sup>.

3. Essas proporções são de 2015, estimadas pelo IPEA a partir de dados de IBGE/PNAD.

O próximo Censo Demográfico atualizará esses dados. Espera-se que as proporções se mantenham iguais ou parecidas. A população de cor preta ou parda é maioria tanto nas cidades como no campo. O sexo feminino predomina nas cidades. Mas, na zona rural, homens brancos, pretos e pardos são maioria. O gráfico 1 mostra a participação por gênero e raça/cor segundo a situação de domicílio.

## GRÁFICO 1

Proporção de residentes por gênero e raça/etnia conforme situação de domicílio em relação ao total da população. Brasil. 2015



Fonte: IBGE/PNAD - Elaboração ActionAid com dados organizados pelo IPEA

## 3. Desigualdades de gênero, raça e etnia na renda e emprego

A monetização é um aspecto central na economia brasileira. Parte significativa do acesso a bens e até serviços essenciais depende do poder aquisitivo da população. Desde 2018, o IBGE adota linhas estabelecidas pelo Banco Mundial<sup>4</sup>, no qual os domicílios com rendimento diário per capita igual ou inferior a US \$5,50 estão em condição de pobreza. Aqueles com rendimento igual ou inferior a US \$1,90 formam o contingente extremamente pobre.

Como pode ser observado no gráfico 2, depois de o país percorrer uma trajetória de redução da pobreza e da extrema pobreza até 2014, estes índices voltaram a crescer.

Em 2019<sup>5</sup>, 24,8% da população estava em condição de pobreza monetária e 6,6% na condição de extre-

4. De acordo com o Banco Mundial, utilizando a taxa de paridade do poder de compra de 2011 (1,90 dólares por dia e 5,50 dólares por dia), a linha da pobreza no Brasil é R\$436 e R\$469 e a da extrema pobreza, R\$151 e R\$162 em valores de 2020 e 2021 respectivamente.

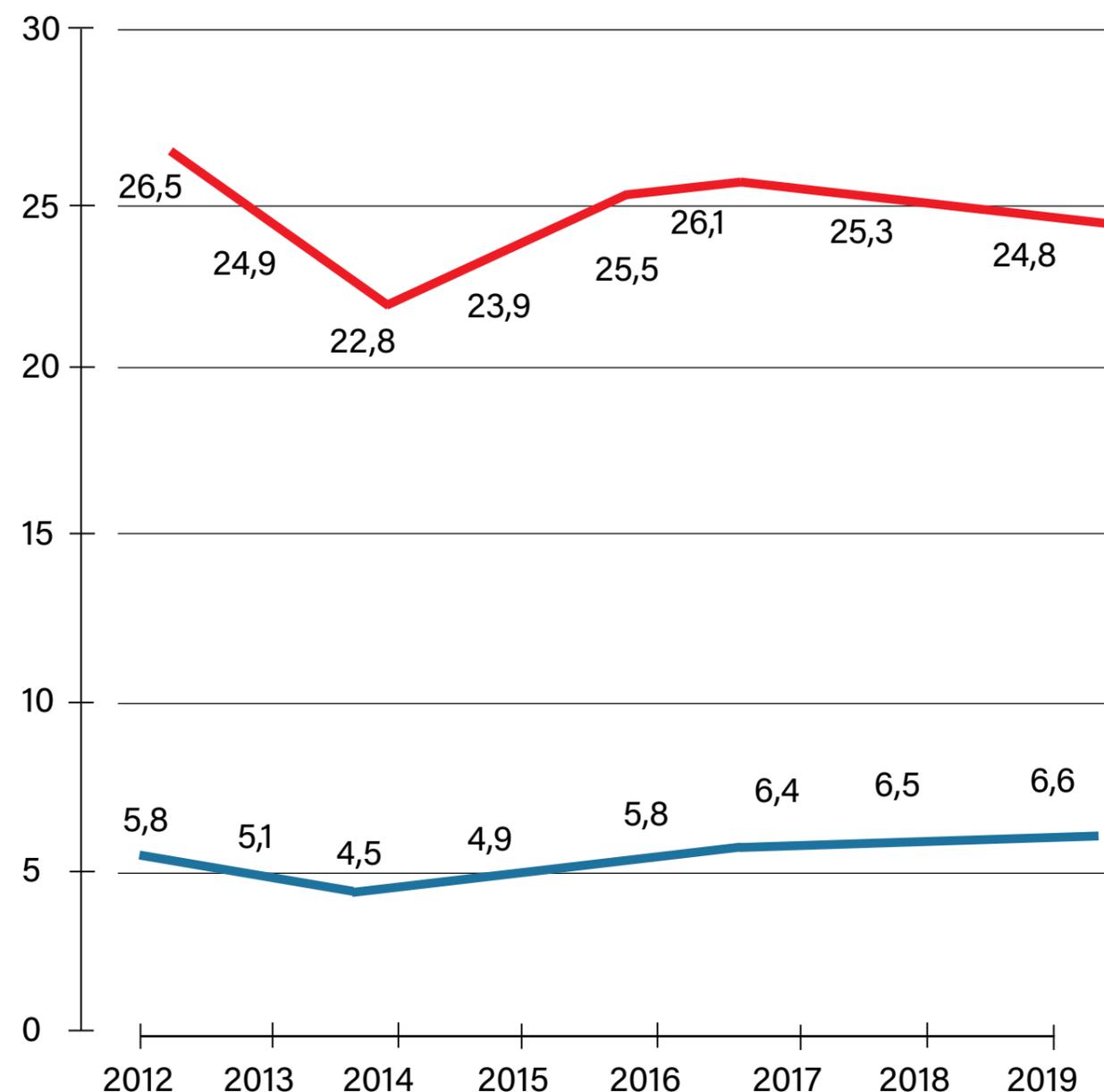
ma pobreza. Esses índices médios apresentam peculiaridades importantes quando é feita a distinção por gênero e raça/etnia.

No gráfico 3 pode-se constatar que o percentual de mulheres pretas ou pardas mais que duplica em comparação com as brancas no indicador de pobreza, e é 2,6 vezes maior na extrema pobreza. Fica também evidente que a questão racial é um fator determinante já que, da mesma forma, as distâncias entre os indicadores são as mesmas quando são comparados homens pretos ou pardos com brancos. Estas disparidades se confirmam quando são comparados os estratos extremos de renda. Em 2019, entre os 10% mais pobres, 22% eram brancos e 77% negros, enquanto que, entre os 10% mais ricos, 71% eram brancos e somente 27% eram negros.

5. No segundo semestre de 2021 deverão ser divulgados pelo IBGE os dados que permitirão estimar a pobreza e extrema pobreza monetária em 2020.

GRÁFICO 2

Proporção de pessoas por classes de rendimento domiciliar per capita (%)

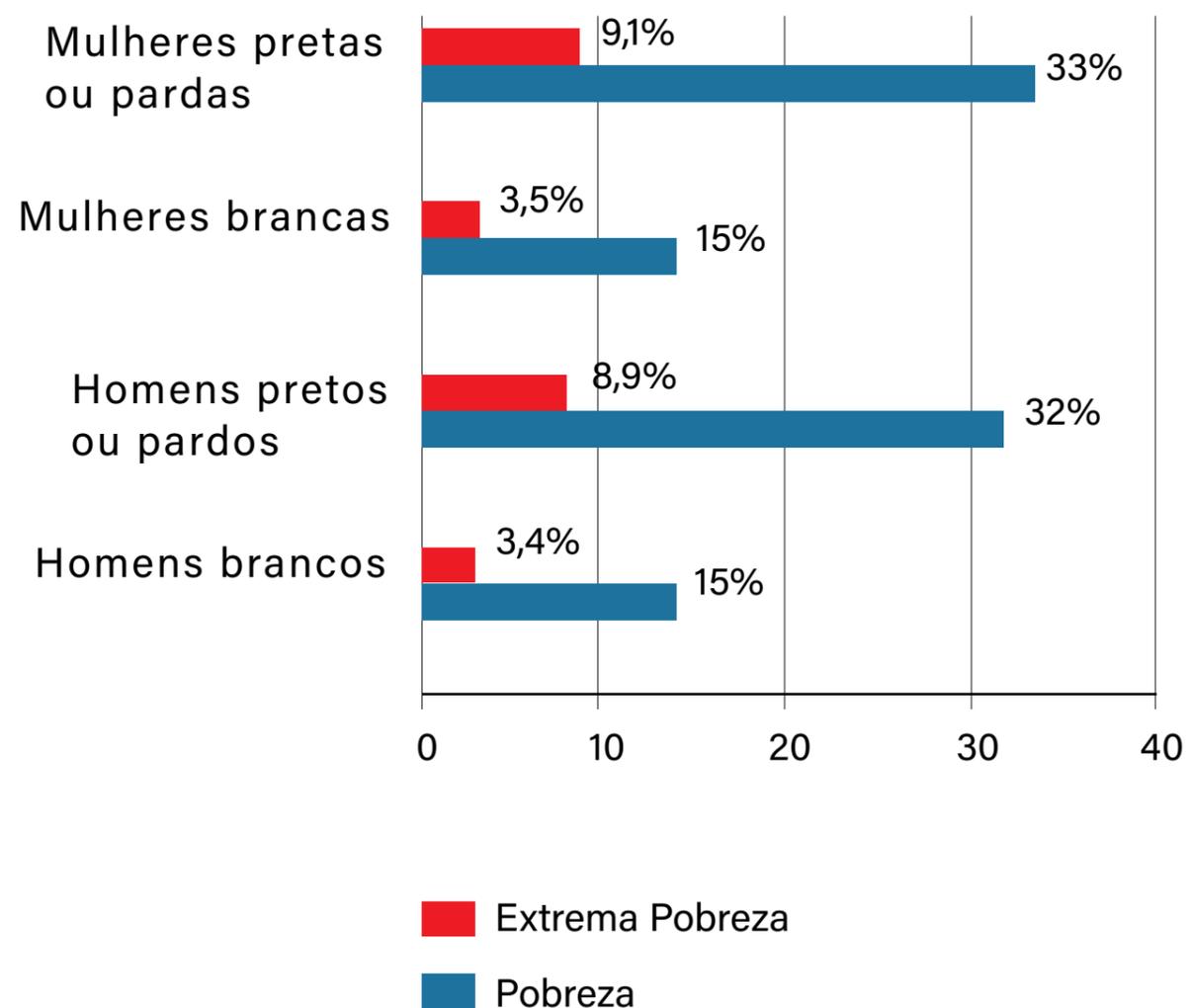


■ Menos de U\$ 5.5 Pobrza  
■ Menos de U\$ 1.9 Extrema Pobreza

Fonte: IBGE/PNAD 2012 a 2019

### GRÁFICO 3

Proporção de pessoas por classes de rendimento domiciliar per capita (%) Brasil.



Fonte: IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais, 2020

A pandemia demonstrou que as desigualdades se acirram ainda mais em situações extraordinárias, quando não se dispõe de um sistema de proteção social condizente com as necessidades do país. Um importante estudo divulgado pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (MADE/ USP)<sup>6</sup> discute o impacto do auxílio emergencial na pobreza e na extrema pobreza, com simulações estatísticas em diferentes momentos nos últimos quatorze meses. Observa-se que, antes da pandemia, as taxas de pobreza e extrema pobreza eram, respectivamente, de 33% e 9% para mulheres negras; 32% e 9% para homens negros; 15% e 3,5% para mulheres brancas; e 15% e 3,4% para homens brancos.

Em julho de 2020, durante o período em que o Auxílio Emergencial<sup>7</sup> foi concedido, a transferência mensal de R\$ 600 ou R\$ 1.200 (mães solo) entre abril e agosto, estimou-se, que as taxas de pobreza e extrema pobreza foram reduzidas, respectivamente, para 26% e 28% para mulheres negras;

6. MADE, 2021.

7. A análise sobre os impactos do Auxílio Emergencial será retomada mais à frente desse texto.

25% e 28% para homens negros; e 14% e 1,7% para mulheres e homens brancos. Em outubro de 2020, quando os valores do Auxílio estavam reduzidos pela metade, os índices aumentaram respectivamente para 32% e 6,9% para mulheres negras; 31% e 6,6% para homens negros; e 16% e 3,2% para mulheres e homens brancos. No período de janeiro a março de 2021, quando o Auxílio foi suspenso, as taxas sobem, respectivamente, para 41% e 14,6% para as mulheres negras; 39% e 13,2% para homens negros; 21% e 6,8% para mulheres brancas; e 21% e 5,6% para homens brancos. Por último, a partir de abril de 2021, quando o Auxílio é retomado com novas bases, mas com valores ainda mais rebaixados, projeta-se taxas, respectivamente, de 38% e 12,3% para mulheres negras; 36% e 11,6% para homens negros; 19% e 5,6% para mulheres brancas; e 19% e 5,5% para homens brancos. Ou seja, em todos os cenários, mulheres negras têm taxas mais do que dobradas em relação às de homens e mulheres brancas.

“A pandemia afeta todo mundo, mas de maneiras diferentes. As mulheres negras, que estão na base da pirâmide, são as mais atingidas. Especialmente as que estão no meio rural, onde há ainda menos acesso a políticas e serviços essenciais.”  
(representante de organização social do semiárido baiano).

“No ano passado – 2020 – entramos em contato com agricultoras em maio e junho, e elas falaram muito das dificuldades financeiras, porque vendiam seus produtos nas feiras e quitandas e trabalhavam meio expediente em casas de famílias. Tudo isso foi rapidamente cortado. Naquela época, se falava muito mais sobre os impactos da Covid no meio urbano.”

(representante de organização social rural da Paraíba)

Uma projeção realizada pelo IBRE/FGV para 2021<sup>8</sup>, em janeiro de 2021, apontou que, para este ano, 10% e 15% da população brasileira estaria em extrema pobreza – entre 20 e 30 milhões de pessoas. Neste contingente, o número de mães solo estaria entre 5 e 7,5 milhões. Estas informações sugerem onde estão localizadas as situações mais agudas da pobreza, ou seja, entre a população negra e as mães chefes de família.

---

8. O Globo, 22/01/21

“O desemprego e a fome aumentaram. Estamos na Zona da Mata mineira, com maioria da população negra. A maior parte das famílias impactadas é formada por pessoas negras. São muitas mães solo com três ou quatro filhos, que vivem com auxílio do município.

Muita coisa está suspensa. Há acúmulo do trabalho doméstico, especialmente com a suspensão das aulas das crianças. O trabalho dobrou.”  
(representante de organização social rural, na zona da mata mineira).

“As famílias estão voltando para as cidades de origem e indo para situação de rua. Às vezes, doamos uma cesta e a família diz:

‘E o gás?’. A pandemia colocou uma lupa em questões que já existiam, como violência de gênero, questões trabalhistas e os crimes ambientais.”

(representante de organização social em Heliópolis, na zona sul da cidade de São Paulo).

Um aspecto específico, no caso da desigualdade racial, se expressa em termos da posse da terra na área rural. Um oportuno artigo divulgado pela Agência Pública, em novembro de 2019<sup>9</sup>, baseado em dados do último Censo Agropecuário do IBGE, de 2017, revelou que, em terras com mais de 10 mil hectares, para cada produtor negro existem quatro produtores brancos. A situação é bem diferente em propriedades com menos de 1 hectare, onde a proporção é de três produtores negros para cada produtor branco. Ou seja, as grandes propriedades são controladas pelos brancos e as mini propriedades pelos negros. Embora os negros sejam maioria entre os produtores rurais, eles ocupam apenas 99 milhões de hectares, enquanto que os produtores brancos detêm 208 milhões de hectares. O artigo da Agência Pública também faz referência a como produtores brancos e negros se distribuem em relação ao que produzem. Dos produtores de soja, 88% são brancos, contra menos de 10% negros. Este amplo predomínio dos brancos se mantém em relação ao café, à cana-de-açúcar, à criação de bovinos, à produção de sementes certificadas e à aquicultura em água doce. Já os produtores ne-

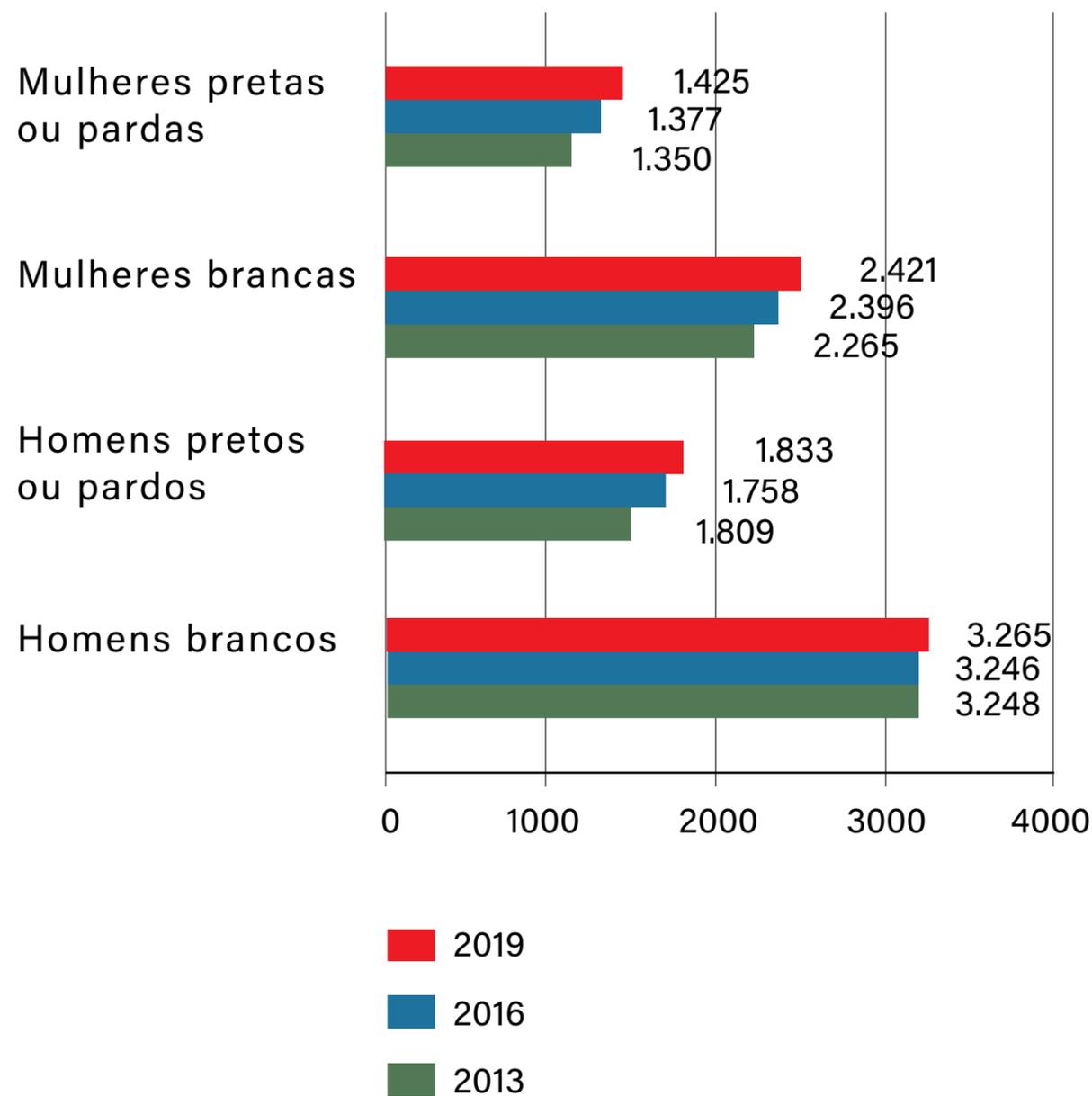
---

9. Fonseca et alli., 2019.

gros lideram a produção do cacau, laranja e cereais; o extrativismo em florestas nativas; a pesca em água doce; e a criação de suínos, caprinos, ovinos e aves. Por trás do perfil aqui descrito, muito nitidamente, está o passado colonial e escravista, até hoje intacto na herança de dominação branca que determinou o modelo agrícola hegemônico no país.

Outro marco destas desigualdades se dá na comparação entre as rendas obtidas por raça/etnia no trabalho principal de homens e mulheres. O rendimento médio real do trabalho principal de homens brancos é 129% superior ao de mulheres pretas ou pardas, conforme mostrado no gráfico 4. Vários estudos demonstram que empregos com as mesmas atribuições têm remunerações diferenciadas conforme o gênero e raça/cor. Ao mesmo tempo, há que se considerar o trabalho doméstico sem remuneração exercido pelas mulheres e em particular às de cor negra, relativo aos cuidados com idosos, crianças e pessoas enfermas. Considerando-se os dados da PNAD-C, de 2019, registra-se que mulheres negras de 14 anos ou mais dedicaram 22 horas semanais a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, enquanto que homens da cor branca usaram 10,9 horas da semana para essas atividades.

**GRÁFICO 4**  
**Rendimento Médio Real**  
**do Trabalho Principal (R\$)**  
**Brasil 2013, 2016, 2019**



FONTE: IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais

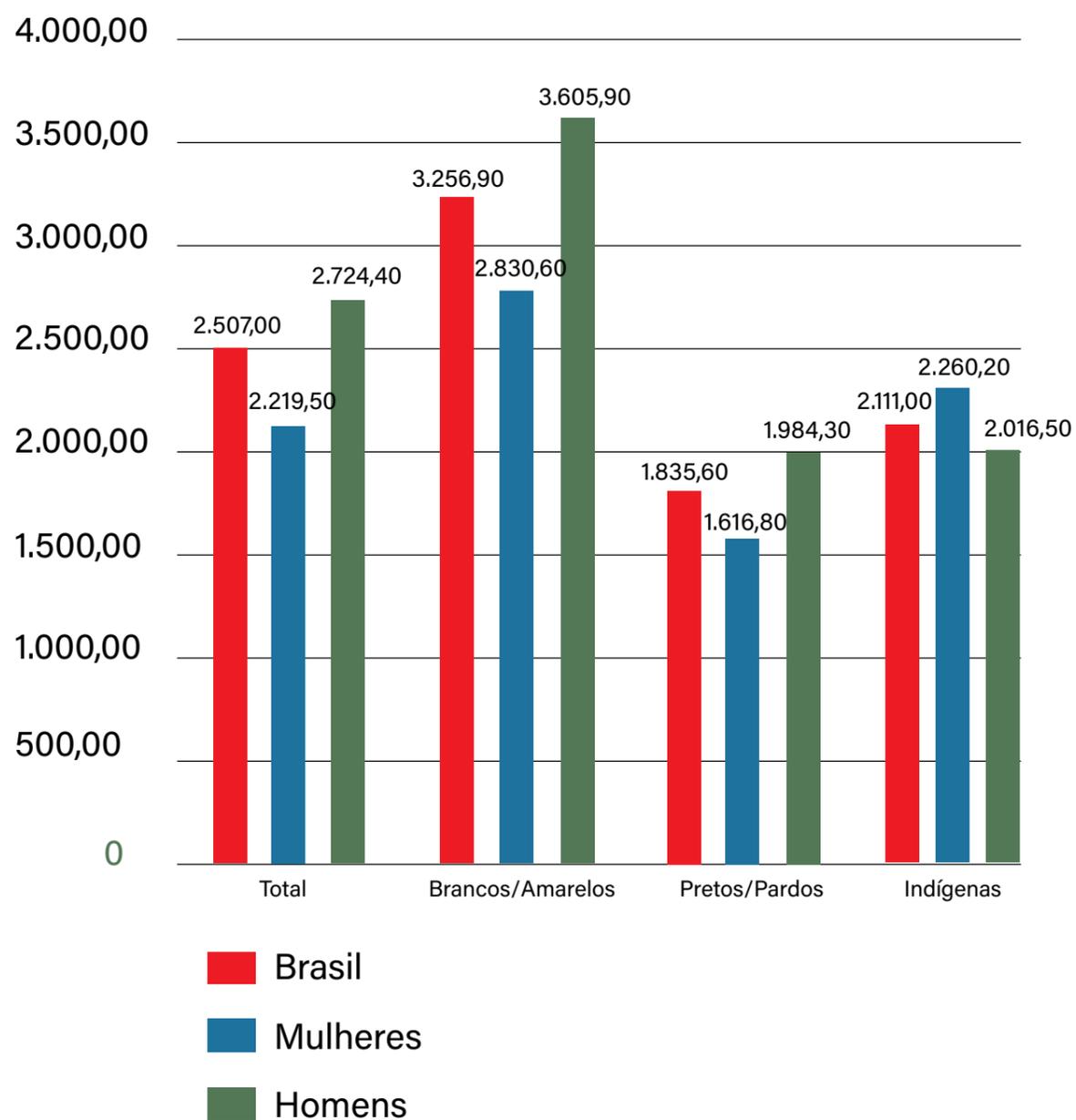
O Boletim Mulheres no Mercado de Trabalho (MMT), elaborado pelo NPE-Gen/FACAMP<sup>10</sup>, levantou dados sobre o rendimento médio das pessoas ocupadas, segundo cor/raça e etnia (incluindo indígenas) para homens e mulheres no Brasil. Tomam-se como base o quarto trimestre de 2020, como mostra o Gráfico 5. Novamente se constata que, também na pandemia, os valores são díspares: mulheres negras tiveram um rendimento médio 2,23 vezes menor do que o de homens brancos, ou o equivalente a 64,5% do rendimento médio no Brasil.

10. NPEGen, 2.021.

## GRÁFICO 5

Rendimento médio das pessoas ocupadas, segundo cor ou raça, para Brasil, mulheres e homens.

Valores do 4o. trimestre de 2020 (em R\$)



FONTE: Microdados PNAD contínua trimestral IBGE. Elaboração NPEGen.

A natureza das atividades predominantemente exercidas por pretos/pardos explica por que os rendimentos dessas pessoas são tão mais baixos. Geralmente, atuam na agropecuária, na construção civil e nos serviços no comércio e no transporte, além dos serviços domésticos.

Mulheres são maioria nos serviços (saúde, educação, comércio essencial e limpeza) neste período da epidemia da Covid-19, o que torna maior a possibilidade de contaminação. Ao mesmo tempo, diante das circunstâncias de redução ou paralisação de determinadas atividades, como, por exemplo, as não-essenciais de cabeleireiras/manicures, elas se tornaram as maiores vítimas do desemprego ou da falta de clientes. Vale destacar que as diaristas sem registro trabalhista foram drasticamente afetadas pela perda súbita de atividade e de renda. Ao manusear dados de rendimento médio relativo a diversos cargos no Brasil (subdividindo-os entre mulheres e homens, no 4o. trimestre de 2020), o NPEGen verificou que, em cargos de técnicos e de nível médio, mulheres tinham um rendimento médio que correspondia a 82% do recebido pelos homens. Em serviços e comércio o percentual era de 67%; em agropecuária, caça e pesca de 67%; e em atividades consideradas como elementares, de 88%.

É importante observar que esses índices são mais acentuados no Norte e no Nordeste do país, mas que em todas as regiões fica explícito o racismo estrutural. Quando se apresenta para o mercado de trabalho, a mulher negra já carrega a dupla carga de preconceitos que impera na sociedade brasileira. Mulheres, por mais inconcebível que isto possa ser, são ainda vistas como menos capazes e eficientes que os homens. Por vezes ainda prevalece a ideia de que seus salários podem ser menores porque podem contar com o marido, que possivelmente ganhará mais. E com o racismo, o trabalho da mulher negra é menos valorizado, como se ela tivesse menos capacidade em função da carga de estereótipos preconceituosos que são gerados.

Na realidade, são os antecedentes históricos da escravidão e da pós-escravidão, sem reparação, que deixaram essas pessoas largadas à própria sorte, e que delimitaram os lugares para a população negra nas atividades laborais. As oportunidades para o trabalho na pós-escravidão estão quase sempre relacionadas às atividades pesadas, calcadas na capacidade física, marcadas pela má remuneração. No imaginário da população branca, são vistos como sub-cidadãos. É fundamental destacar ainda todos os impedimentos à escolarização<sup>11</sup>.

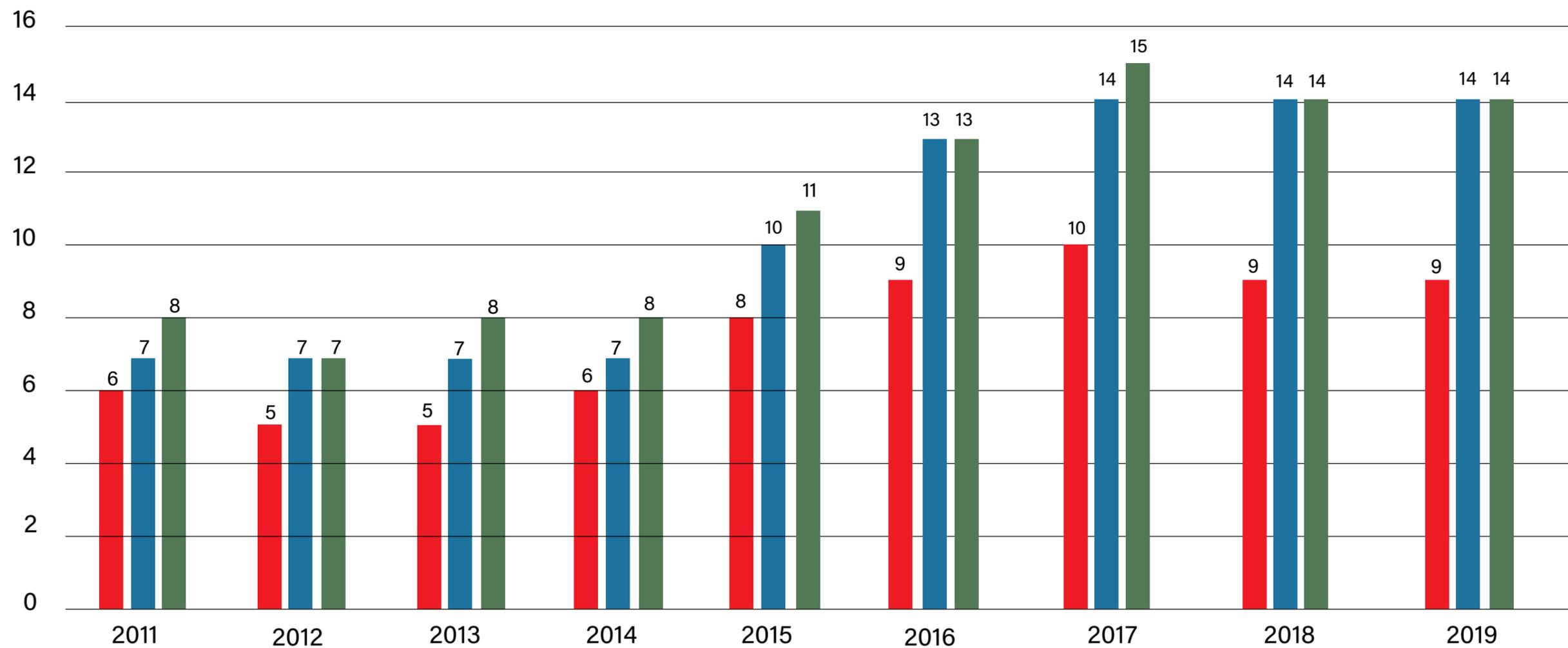
---

11. O tema do acesso à educação é discutido mais adiante nesse relatório.



## GRÁFICO 6

Taxa de desemprego por raça/cor  
entre 2011 e 2019 (%)



■ Branca  
■ Parda  
■ Preta

FONTE: PNAD - 2011/2019  
Elaboração dos Dados GEMAA 2020  
Elaboração do Gráfico ActionAid

Para uma compreensão mais completa sobre a inserção da população economicamente ativa no mercado de trabalho, é necessário observar outras categorias que o IBGE adota em seu acompanhamento. Uma delas é a dos subocupados, que são os trabalhadores que gostariam de trabalhar um maior número de horas e que não conseguem. Entre estes, em 2019, totalizando 7,2 milhões de pessoas, 46,5% eram homens e 53,5% mulheres. Por sua vez, entre o total de trabalhadores subocupados, 32,3% eram brancos e 66,4% negros. No quarto trimestre de 2020, a força de trabalho desocupada, ou seja, desempregada, somou 13,9 milhões de pessoas (53% eram mulheres e 47% homens). Quanto à subocupação, 54,5% eram mulheres e 45,5% homens<sup>13</sup>, totalizando 6,8 milhões de pessoas nessa condição.

Vale, ainda, ressaltar o caso de pessoas em idade de trabalhar, mas que se colocam fora da força de trabalho. Entre essas estão as que, de fato e por diferentes motivos, não querem trabalhar e que são classificadas como fora da força potencial de trabalho. E há as que desejam trabalhar (logo, estão dentro da força de trabalho potencial), mas que não procura-

---

13. Não se dispõe para o período referente ao quarto trimestre de 2020 os dados de subocupação e de desalento segundo raça/cor.

ram emprego no período considerado. Nesse caso são classificadas como desalentadas ou indisponíveis. Novamente recorrendo ao excelente trabalho realizado pelo NPEGn, que processou microdados da PNAD Covid, para o último trimestre de 2020, observa-se que, do total de 176,4 milhões de pessoas da população em idade ativa, 64,9 milhões estavam fora da força de trabalho potencial, sendo que 64,8% eram mulheres e 35,2% homens. Já entre as que estavam incluídas na força de trabalho potencial, mas que não buscaram emprego, somando 11,3 milhões de pessoas, um contingente de 5,8 milhões era dos chamados desalentados, que estavam sem emprego e que desistiram de procurar por novas vagas por não acreditarem que conseguiriam se inserir no mercado de trabalho. Mais uma vez, as mulheres estão à frente nesta condição no último trimestre de 2020, em que 55,7% eram mulheres e 44,3% homens. Quanto aos considerados indisponíveis, que também estavam dentro da força de trabalho potencial, mas que não tinham naquele período possibilidade de buscar um emprego, eram 5,5 milhões de pessoas, sendo 65,4% mulheres e 34,6% homens.

Em um contexto de elevados índices de desocupação, como já vinha ocorrendo nos últimos anos, as mulheres aparecem em proporções sempre mais elevadas que as dos homens. Com a pandemia, os fatores determinantes desta situação se tornaram mais intensos, reafirmando ainda mais as situações diferenciadas de acesso ao mercado de trabalho. Não se trata apenas da falta de abertura de novos postos de trabalho, deixando de acompanhar o crescimento da população economicamente ativa. Essas trabalhadoras se mantiveram afastadas pelo fechamento de empresas – sobretudo as de pequeno e médio porte – e pela necessidade de assumirem atividades de cuidados, com filhos cujas creches e escolas foram mantidas fechadas em função da epidemia da Covid-19, ou no acompanhamento de parentes idosos mais vulneráveis ao vírus. Todos esses aspectos colaboraram para o aumento do índice de indisponibilidade. Já que as mulheres têm uma participação amplamente maior nos cuidados domésticos, a dupla jornada de trabalho feminina transformou-se em tripla jornada, em especial nas famílias mais pobres, atividades que garantem alguma remuneração, trabalho doméstico e cuidados com filhos e idosos.

Chama-se ainda a atenção quanto à necessidade de se considerar a perspectiva geracional do trabalho invisível das mulheres, no que se refere às meninas e às mulheres idosas. Já se registrava antes casos de meninas que não podiam continuar estudando por terem que ficar em casa tomando conta de irmãos mais novos, para que suas mães pudessem sair para trabalhar. E isto se agrava e adquire maiores proporções com a epidemia, já que elas precisam apoiar suas mães nos cuidados com a casa, com os irmãos menores e com os mais velhos. Já as idosas precisaram ficar com netas e netos, mesmo com dificuldades físicas, para que as mães pudessem trabalhar para garantir a sobrevivência da família. É preciso levar em conta a insuficiência de creches ou de algum tipo de cobertura do estado frente a esta situação. Relatam-se, então, situações de mães destroçadas, pelas dificuldades culturais, econômicas e pelo racismo, já que quase sempre são mulheres negras. E, ainda, muitas delas tomando para si uma culpa sobre situações sobre as quais não são responsáveis.

---

“Nós, mulheres, é quem mais sofremos com a sobrecarga dentro da família, e com a pandemia isso só veio a piorar. Além de cuidar da casa e da família, quem trabalha fora agora tem a dificuldade de lidar com essa forma de trabalho online, principalmente na zona rural, onde o acesso à internet é difícil. Tem que ser professora dos próprios filhos porque as escolas ainda estão fechadas, tem que trabalhar na roça pois estamos no tempo de plantio e ainda tem que conviver com a violência doméstica, que desde a pandemia cresceu absurdamente.”  
(agricultora do Estado de Alagoas).

“É a tripla jornada das mulheres: cuidado de casa, da família, das crianças. São mães que não são alfabetizadas e que precisam ensinar suas crianças. Conseguimos identificar a continuidade da invisibilidade das mulheres, a continuação da discriminação cultural da mulher e a redução das políticas públicas no contexto de pandemia. Sabemos que são as mulheres que cuidam das famílias e que houve diminuição do Bolsa Família, do Auxílio Emergencial, do PNAE... Percebemos o aumento da violência contra as mulheres no campo. Além disso, as mulheres têm que lidar com o aumento da energia, do gás, dos alimentos, e com a dificuldade de internet.” (integrante de organização do semiárido mineiro).

Vale chamar a atenção, também, para o aspecto do trabalho informal e como o processo de crescimento desta modalidade igualmente demarca desigualdades de gênero e de raça/etnia.

Em 2019 eram 19,5 milhões de trabalhadoras, e o número baixou para 10,8 milhões em 2020 - não pela conversão para o trabalho formal, mas pela redução das atividades econômicas. É importante frisar o impacto acentuado sobre as trabalhadoras domésticas (as mulheres correspondem a 92% desta categoria). Em 2019, eram 5,8 milhões de trabalhadoras. Em 2020, com as dispensas em função da Covid-19, o número foi reduzido para 4,2 milhões em 2020 - 1,1 milhão com carteira assinada e 3,1 milhões sem carteira. Em relação ao último trimestre de 2020, conforme mostrado na Tabela 1, um total de 75% das mulheres trabalhadoras domésticas não tinha carteira assinada, percentual bastante superior ao de homens nesta atividade. A não regulamentação do trabalho doméstico avança, por vezes, para situações análogas à escravidão, como vem sendo noticiado com alguma frequência, em que essas mulheres não dispõem do amparo social que lhes dê segurança para denunciar.

Tabela 1  
 Percentual de trabalhadoras e trabalhadores domésticos com e sem carteira assinada no país 4o. Trimestre de 2020

	Brasil	Mulheres	Homens
Trab. Dom. com Carteira	26%	25%	41%
Trab. Dom. sem Carteira	74%	75%	59%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Microdados PNAD-C trimestral – IBGE, Elaboração NPEGen / Actionaid.

“Dificuldade de contato com a categoria da trabalhadora doméstica. A categoria está dispersa. Há 400 mil trabalhadoras domésticas na Bahia, cerca de 168 mil estão desempregadas. Muitas em situação análoga ao trabalho escravo: jornadas ininterruptas, sem direito a hora extra, adicional noturno, sem poder voltar para casa. Encaminhamos denúncias e 27 casos foram confirmados. Há muito retrocesso nos direitos das trabalhadoras domésticas. Muitas trabalhadoras estão sendo induzidas pelo empregador a pedir demissão, sem direito ao FGTS e ao seguro-desemprego. E só existe uma vara da Justiça de Trabalho funcionando”  
 (liderança do sindicato de trabalhadoras domésticas da Bahia).

Em relação aos que tiveram carteira assinada em 2020 no conjunto das atividades, a desigualdade de gênero também se mostrou muito evidente. No saldo geral, houve abertura de 230 mil vagas para os homens, enquanto foram fechadas 88 mil vagas para as mulheres. Atribui-se que, pelo menos em parte, isso se deu pelo fato de que as mulheres são maioria nas atividades ligadas aos serviços, que foram os que sofreram os maiores índices de demissões.

Ainda sobre a informalidade no trabalho, no que se refere às desigualdades de raça/etnia, em 2019, o equivalente a 47,4% da população negra em atividade estava na informalidade, enquanto 34,5% da branca era informal. Essa diferença acompanhou o que sempre se deu, como mostra a tabela 2. Assinala-se que, na região Norte, 63,1% da população negra estava ocupada em atividades informais e, que na região Nordeste, esse número era de 58,7%. Os dados para 2020 não estão disponíveis. Estes índices confirmam a reprodução de desigualdades e de pobreza já que, com a redução dos direitos trabalhistas, as consequências inevitáveis são a manutenção da vulnerabilidade e a desproteção projetadas para o futuro, já que essas pessoas vão chegar a uma

idade na qual não poderão mais trabalhar. O reflexo é a forte precarização das relações de trabalho, que resulta até mesmo numa menor expectativa de vida, atingindo, principalmente a população negra.

---

Tabela 2  
 Proporção de pessoas em ocupações  
 informais, por cor ou raça.  
 Brasil – 2012-2019

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	41,5	40,3	39,1	39,0	40,7	41,5	41,6
Branca	34,8	33,3	31,8	31,6	33,7	34,6	34,5
Parda ou Preta	48,0	46,9	45,9	45,6	46,8	47,3	47,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019

As diversas situações aqui descritas, que demonstram as desigualdades de gênero e de cor ou raça no mercado de trabalho, se relacionam também com os níveis de escolaridade e, em decorrência, com o tipo de atividade profissional em que essas pessoas acabam por se engajar.

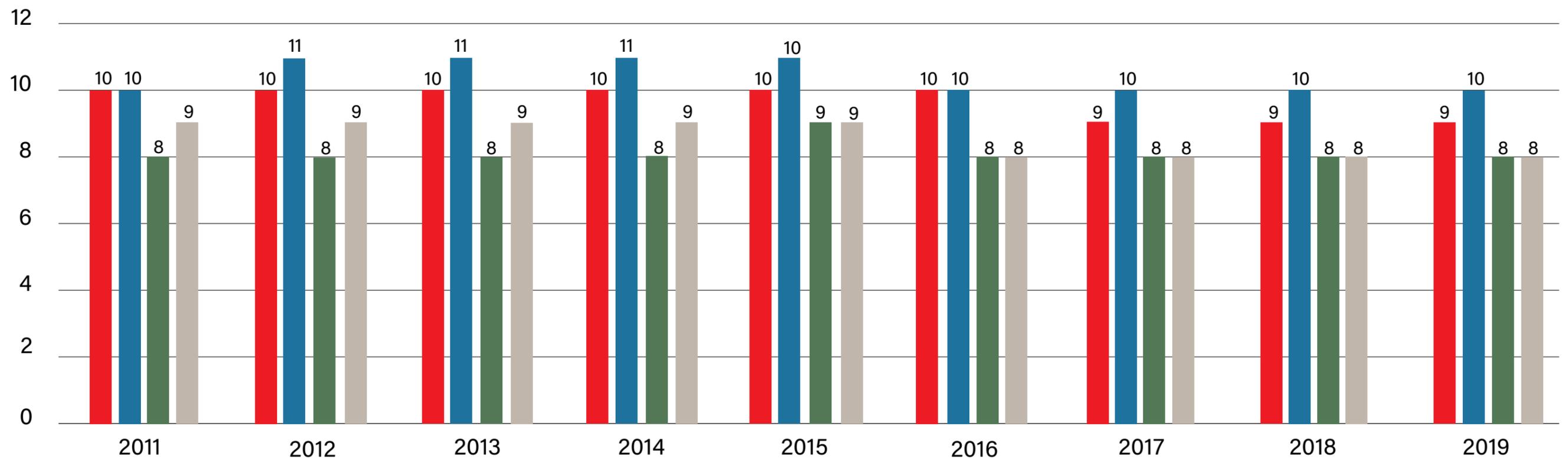
O Gráfico 7 mostra que mulheres brancas e homens brancos se mantêm estudando por mais anos que as mulheres pardas ou pretas e os homens pardos ou pretos. Mesmo quando ocorre uma redução desse índice para pessoas brancas, como se deu a partir de 2016, concomitantemente cai o índice para pessoas pardas ou pretas. Nesse sentido, vale observar que, em termos de escolaridade, a desigualdade que se revela é a de cor/raça. Em termos de gênero, as mulheres já vêm apresentando, há alguns anos, índices superiores aos dos homens.

Da mesma maneira, a desigualdade de cor/raça aparece na chamada taxa ajustada de frequência escolar líquida, que vai se acentuando na medida em que avança a faixa etária, em cada nível de escolaridade, como pode ser observado na Tabela 3. Sem dúvida, a causa central é a dificuldade vivida pelos estudantes em situação de pobreza, que precisam

conciliar estudo e trabalho remunerado (ou atividades domésticas). Esses estudantes são majoritariamente negros. Também considerando dados da PNAD-C do segundo trimestre de 2019 (a partir do processamento de dados efetuado por GEMAA em 2020), um percentual de 64% de estudantes que cursavam o ensino médio na rede pública era de pessoas pretas ou pardas, enquanto que 36% eram de cor branca. Essa relação se inverte nas mesmas proporções quando se fala na rede particular. Graças ao sistema de cotas raciais que se inicia na Universidade do Estado da Bahia em 2002, em 2019, segundo os resultados da PNAD-C, 50% dos estudantes de nível superior na rede pública eram pretos ou pardos. Na rede privada esse índice cai para 47%.

---

GRÁFICO 7  
Média dos anos de escolaridade  
por raça/cor e gênero  
de 2011 a 2019



- Homens Brancos
- Mulheres Brancas
- Homens Pretos e Pardos
- Mulheres Pretas e Pardas

Fonte: PNAD - 2011/2019  
Elaboração dos Dados GEMAA 2020  
Elaboração do Gráfico ActionAid

**Tabela 3**  
**Taxa ajustada de frequência escolar líquida\*, por cor ou raça, segundo os grupos de idade e o nível de ensino**  
**Brasil – 2019 (2o. Trimestre)**

	11 a 14 anos, nos anos finais do ensino fundamental	15 a 17 anos no ensino médio	18 a 24 anos, no ensino superior
Branca	90,4	79,6	35,7
Preta ou Parda	85,8	66,7	18,9

Fonte: IBGE – PNAD-C 2019

Elaboração dos Dados GEMAA 2020

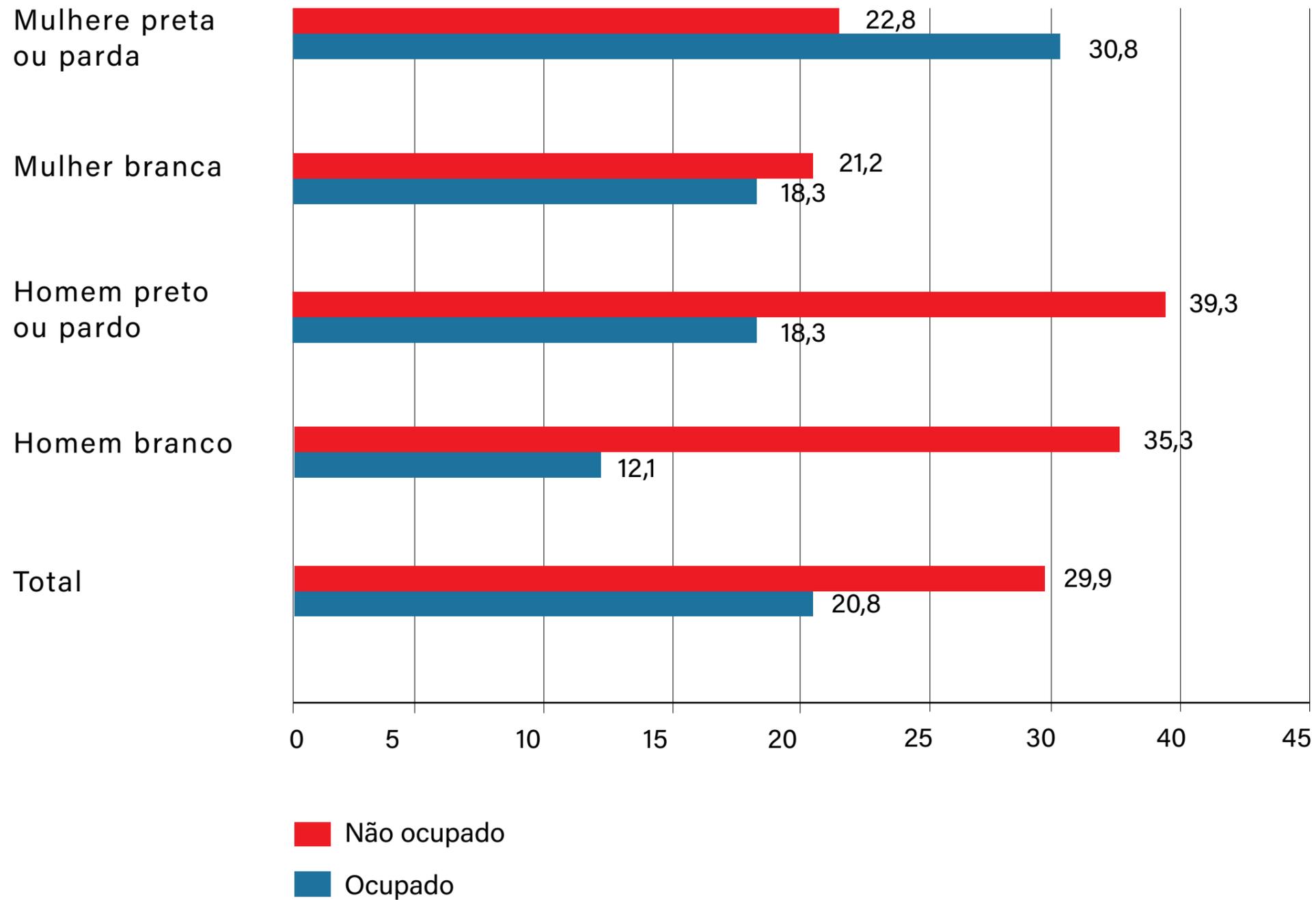
\* Percentagem de pessoas que frequentavam a etapa de ensino adequada a sua faixa etária ou que já haviam concluído essa etapa

Os dados da PNAD-C do segundo trimestre de 2019 também revelam que, na população de 25 anos ou mais, 40% dos homens e 37% das mulheres estavam sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto. O percentual de pessoas brancas nessa condição era de 32%, e de pessoas pretas ou pardas, 44%. Uma outra informação relevante diz respeito a jovens que não estudavam e que não tinham concluído curso superior, considerando tanto os que tinham alguma ocupação como os que não tinham. O Gráfico 8 indica que, entre os não ocupados, predominam homens pretos ou pardos, com índice de 39,3%. Brancos são 35,3%. Quando se retrata a situação de ocupação, as mulheres pretas ou pardas apresentam o maior índice, de 30,8%.

Sem dúvida, o nível de instrução das trabalhadoras e trabalhadores é determinante para as atividades profissionais que podem ser exercidas, também, nos rendimentos que serão obtidos. Ainda assim, como é mostrado na Tabela 4, baseada em dados da PNAD-C de 2019, há uma diferenciação em termos raciais e étnicos. Na média total, o rendimento-hora real de brancos é 1,7 vezes maior do que a das pessoas pretas ou pardas, sugerindo mais uma vez desigualdade em condições equivalentes.

### GRÁFICO 8

Proporção de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam e não tinham concluído ensino superior e situação de ocupação segundo sexo, cor ou raça - Brasil - 2019



FONTE: IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais

**Tabela 4**  
**Rendimento-hora médio real do trabalho principal das pessoas ocupadas, por cor ou raça, segundo o nível de instrução - Brasil - 2019**

	Branca	Preta ou Parda
Total	17,70	10,50
Sem instrução ou fundamental completo	8,80	6,80
Fundamental completo ou médio incompleto	10,10	7,80
Médio completo ou superior incompleto	12,40	9,80
Superior completo	33,90	23,50

Fonte: IBGE, PNAD C 2019

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas

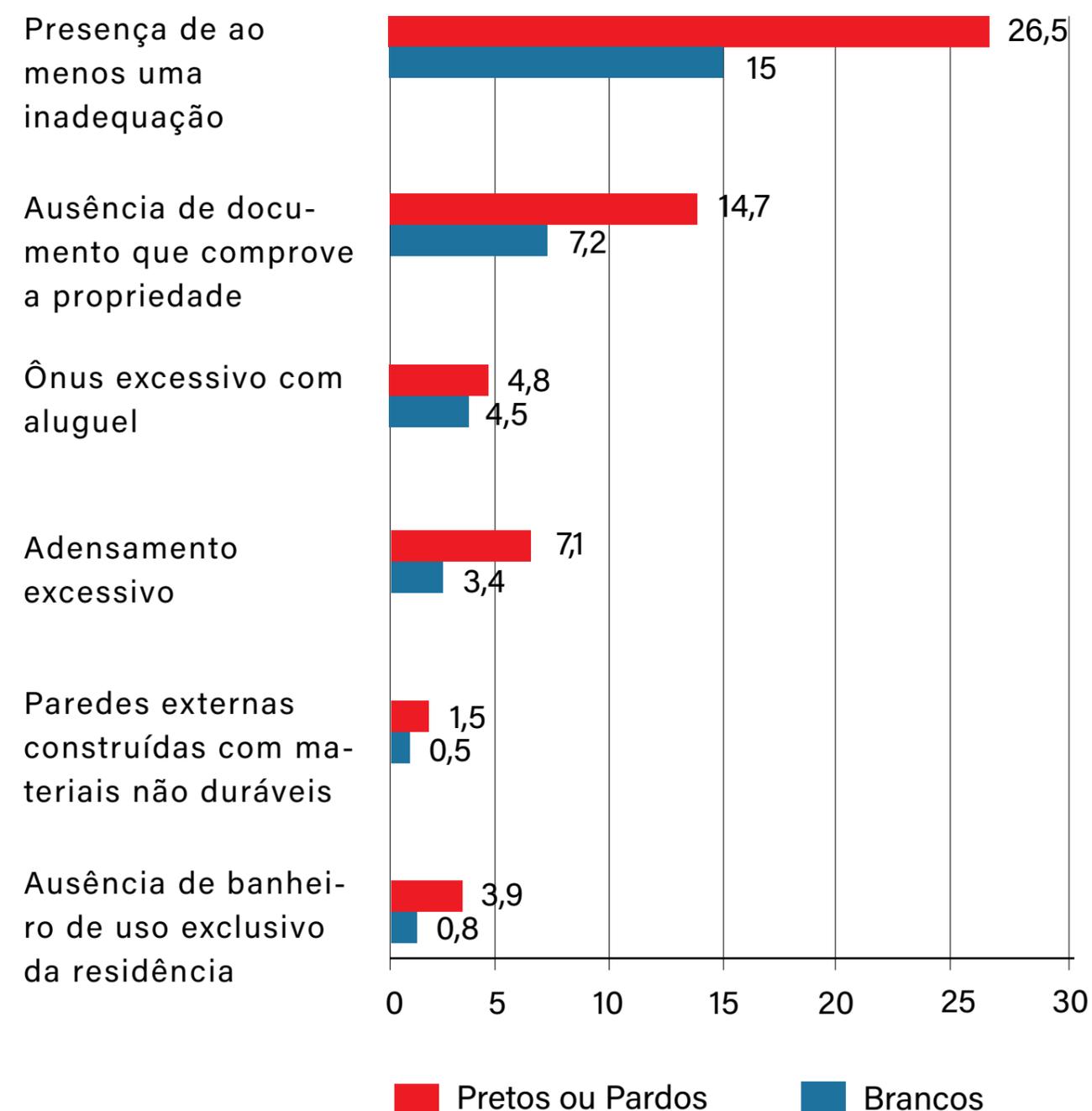
Ocorreram avanços importantes no acesso à educação para mulheres e para a população negra, sem qualquer dúvida, conquistados a partir de muita luta de seus movimentos. Mas persiste um sistema educacional sob a égide do racismo institucional, privando crianças negras, indígenas e de populações tradicionais a uma educação de qualidade, livre de preconceitos e de estereótipos. É preciso ressaltar, também, a tolerância da sociedade perante a evasão escolar de crianças negras, que precisam ingressar no trabalho infantil como força de trabalho explorada ou marginal, ou as que desistem das escolas, diante do desestímulo produzido por práticas ditadas pelo racismo institucional.

## 4. Pobreza não monetária

Como foi assinalado logo no início desse texto, a pobreza não se revela apenas pela insuficiência de recursos monetários. O acesso aos serviços públicos, como já foi comentado em relação à educação, evidencia desigualdades para além dessa condição. As condições de habitabilidade e as desigualdades de gênero e de cor/etnia também são sinalizadoras importantes das situações de pobreza e de extrema pobreza. Segundo dados da PNAD-C de 2019, conforme o Gráfico 9, verifica-se que 26,5% de pessoas pretas ou pardas sofrem com, pelo menos, uma inadequação, ou seja, quase o dobro de pessoas brancas. Esse quesito e os demais, em sua totalidade, comprovam a desigualdade racial também nos domicílios que habitam. Quando se trata da desigualdade de gênero, a mesma pesquisa mostra que 35,9% do arranjo formado por mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos tem em seu domicílio pelo menos uma inadequação do conjunto de itens citados neste gráfico.

GRÁFICO 9

Proporção da população residindo em domicílios com inadequações domiciliares, por cor ou raça, segundo o tipo de inadequação  
Brasil - 2019



Fonte: PNAD-C 2019 - IBGE

## 5. Desigualdades de gênero e raça/cor, insegurança alimentar e fome

Existe uma forte correlação entre a pobreza e a insegurança alimentar e, nos casos mais extremos, entre a extrema pobreza e a fome.

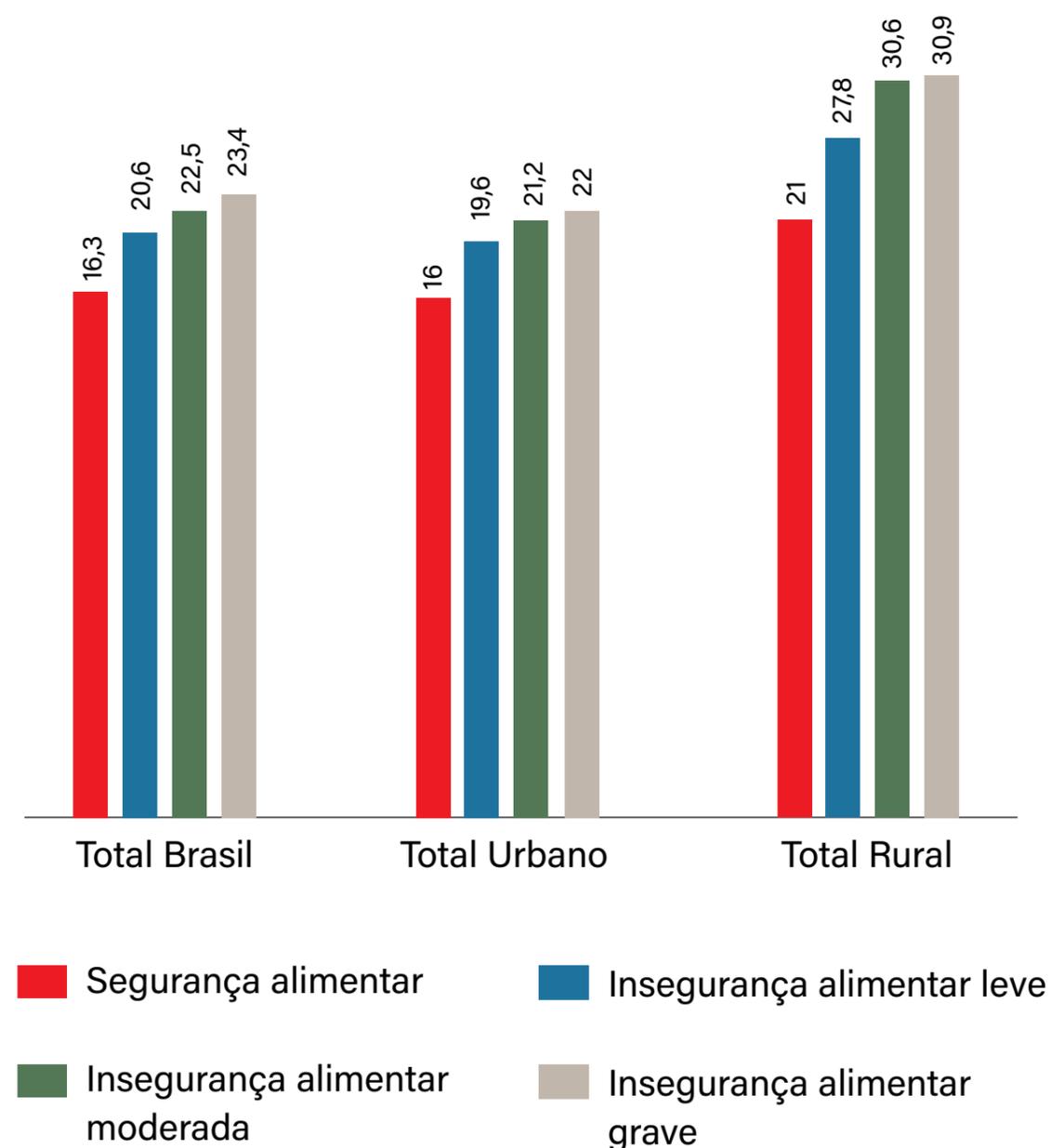
Assim, se a população empobrece, ela se alimenta pior, tanto em quantidade, quanto em qualidade do que consome. Ao mesmo tempo, na insegurança alimentar, diversas desigualdades mostram suas faces: de renda, de localização do domicílio, de níveis de ensino, de acesso a serviços públicos e, permeando todas, as de gênero e raça/cor.

“Em Heliópolis, estamos com fome e a pobreza vem aumentando imensamente. Estamos passando por um período com fome batendo na porta. Tivemos, no ano passado, doações de cestas, mas esse ano as doações diminuíram muito. Não estamos conseguindo atender às expectativas e às necessidades da nossa comunidade. Há também o endividamento das mulheres, que é uma questão muito séria. A mãe compra comida e não deixa a criança com fome. Isso é notório”  
(Representante de organização social em Heliópolis, na zona sul da cidade de São Paulo).

A Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017/18, efetuada pelo IBGE, revelou que a alimentação tem um peso considerável no orçamento familiar no conjunto de despesas selecionadas (alimentação, habitação, transporte, assistência à saúde e à educação). Quando essa composição de gastos é observada, a partir das modalidades de segurança e de insegurança alimentar, constata-se que, quanto maior é a situação de insegurança alimentar nos domicílios, mais a alimentação pesa no orçamento desses domicílios. Essa composição também se diferencia entre as áreas rural e urbana. Para as famílias cujos domicílios estão na área rural, o peso da alimentação no orçamento familiar ainda é maior, conforme o Gráfico 10.

GRÁFICO 10

Participação da alimentação em despesas selecionadas\* por situação de domicílio e de segurança alimentar Brasil. Período 2017-18



\*Alimentação, habitação, transporte, assistência à saúde, educação

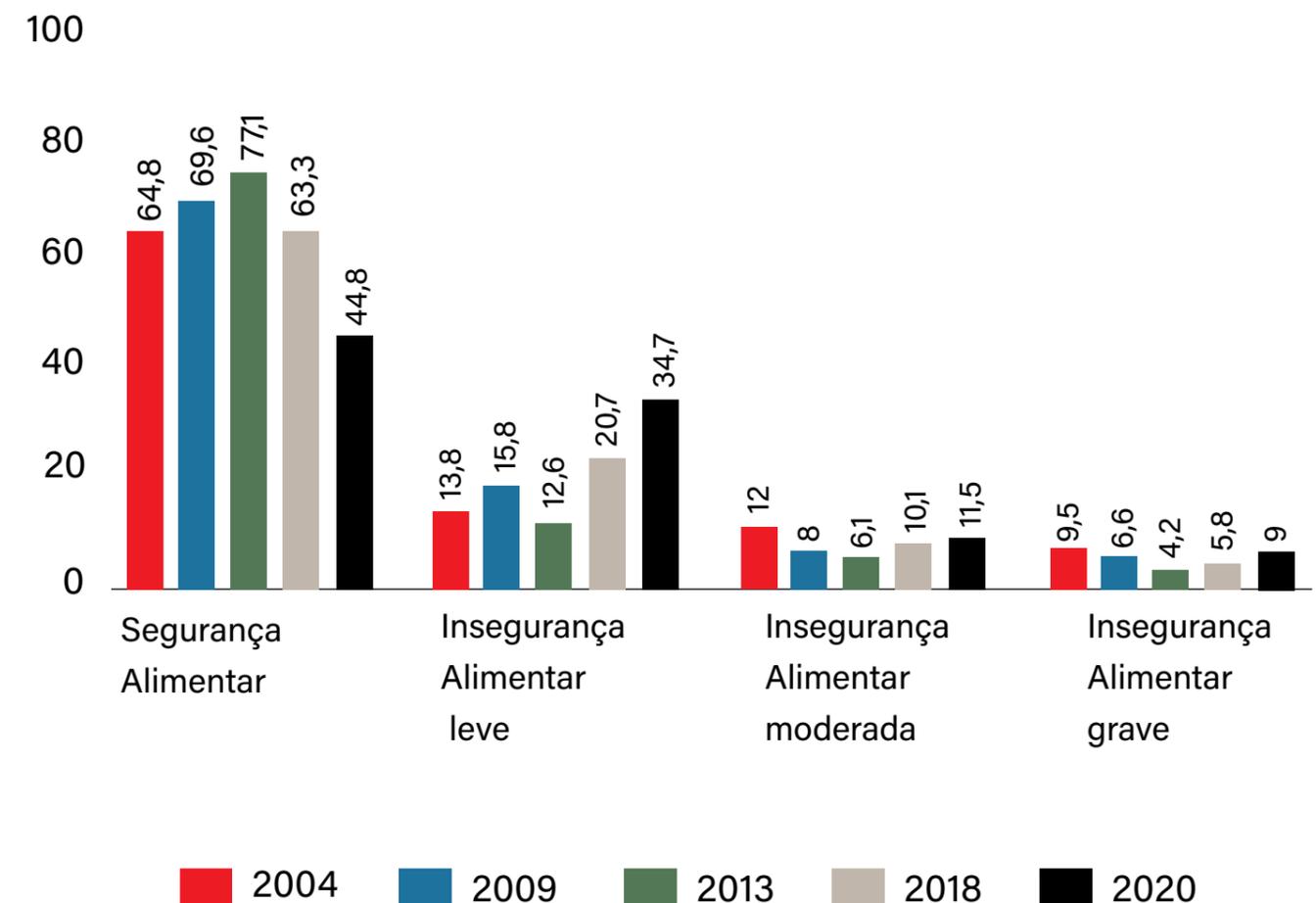
Fonte: IBGE, POF 2017/18

Desde 2004, o Brasil faz um acompanhamento quinquenal das situações de segurança e insegurança alimentar de sua população, por meio do IBGE. Foram pesquisas realizadas em 2004, 2009, 2013 e 2017/18 pelo IBGE e, em 2020, extraordinariamente pela Rede PENSSAN, que também fez uso da metodologia da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar). Esses estudos evidenciam dois períodos distintos. O primeiro deles, entre 2004 e 2013, mostra um processo em que progressivamente vai aumentando a população em situação de segurança alimentar. Já entre 2013 e 2020, essa tendência se reverte e o país volta a ver a insegurança alimentar aumentar, tanto em números absolutos quanto proporcionais. O gráfico 11 atesta o que aqui está descrito.

GRÁFICO 11

Estimativas de Segurança e Insegurança Alimentar

Brasil. 2004, 2009, 2013, 2018, 2020



Fonte IBGE/PNAD 2004, 2008, 2013 e POF 2018. Inquerito VigiSAN 2020

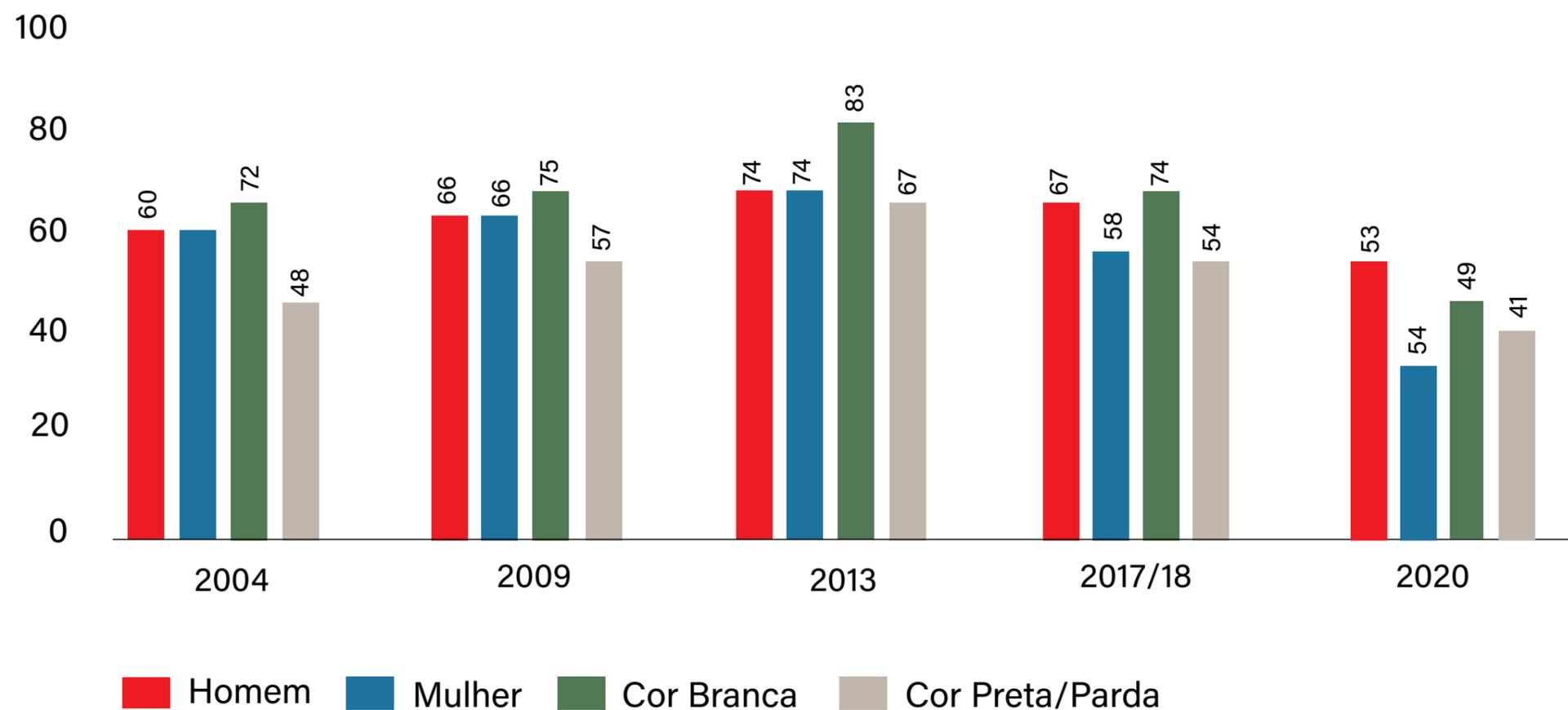
Na classificação dos diversos graus trabalhados pela EBIA, o quadro abaixo detalha o significado de cada categoria.

Situação de segurança/insegurança alimentar	Descrição
Segurança alimentar	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, qualidade inadequada dos alimentos resultante da estratégia que visam não comprometer a quantidade de alimentos
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

Os gráficos 12, 13, 14 e 15 retratam como os inquéritos realizados de 2004 a 2020 mediram a segurança e os três níveis de insegurança alimentar frente aos cortes de gênero e raça/cor.

### GRÁFICO 12

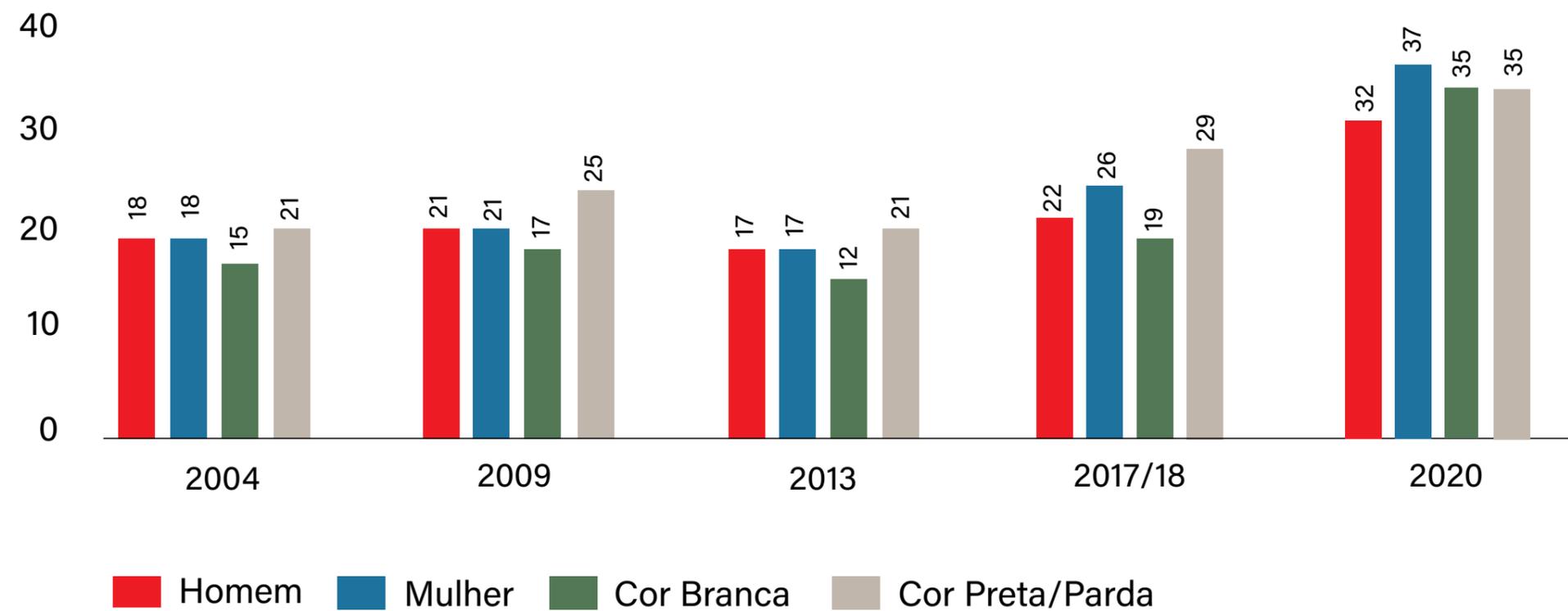
Proporção da população residente em situação de segurança alimentar segundo sexo e raça/cor.  
Brasil.



Fonte IBGE/PNAD 2004, 2008, 2013 e POF 2018. Inquerito VigiSAN 2020

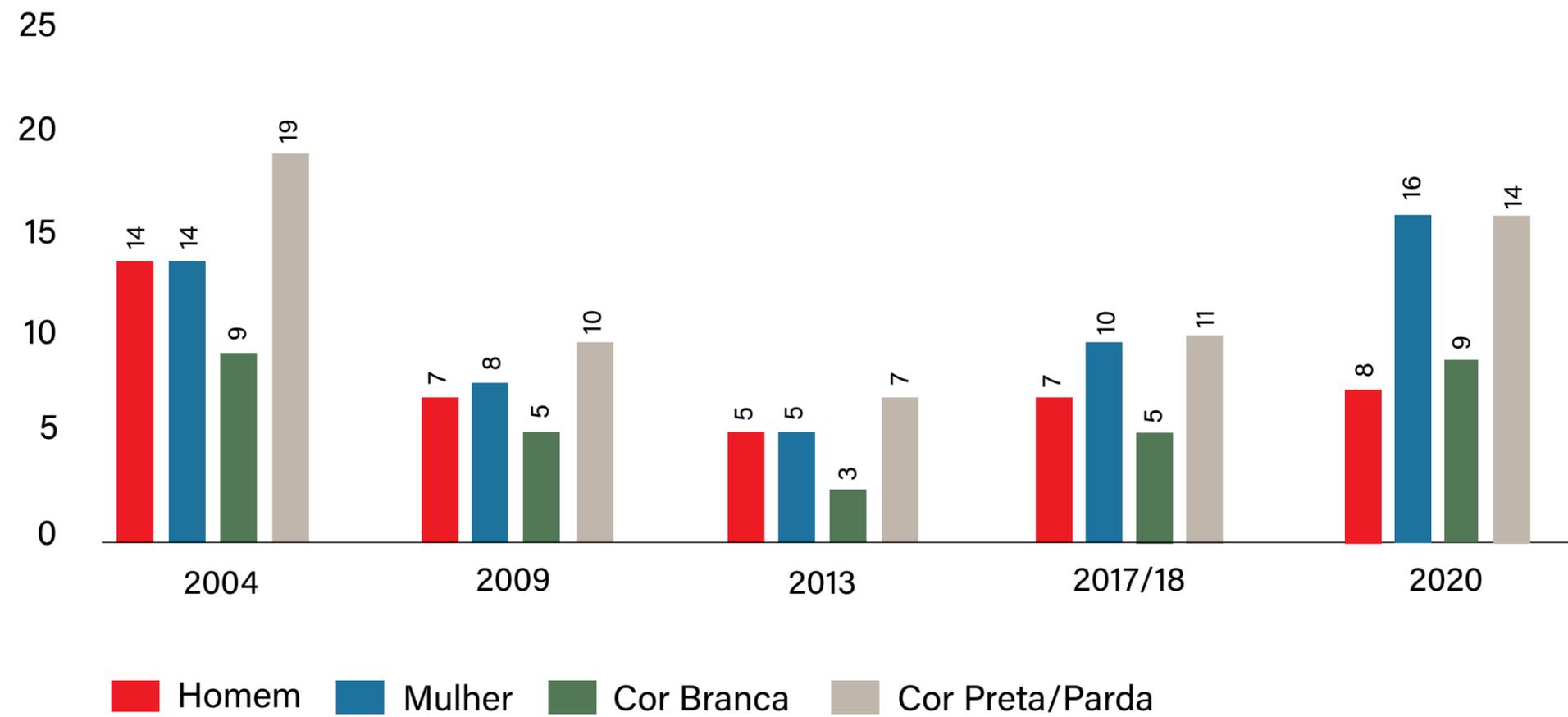
### GRÁFICO 13

Proporção da população residente em situação de insegurança alimentar leve segundo sexo e raça/cor. Brasil.



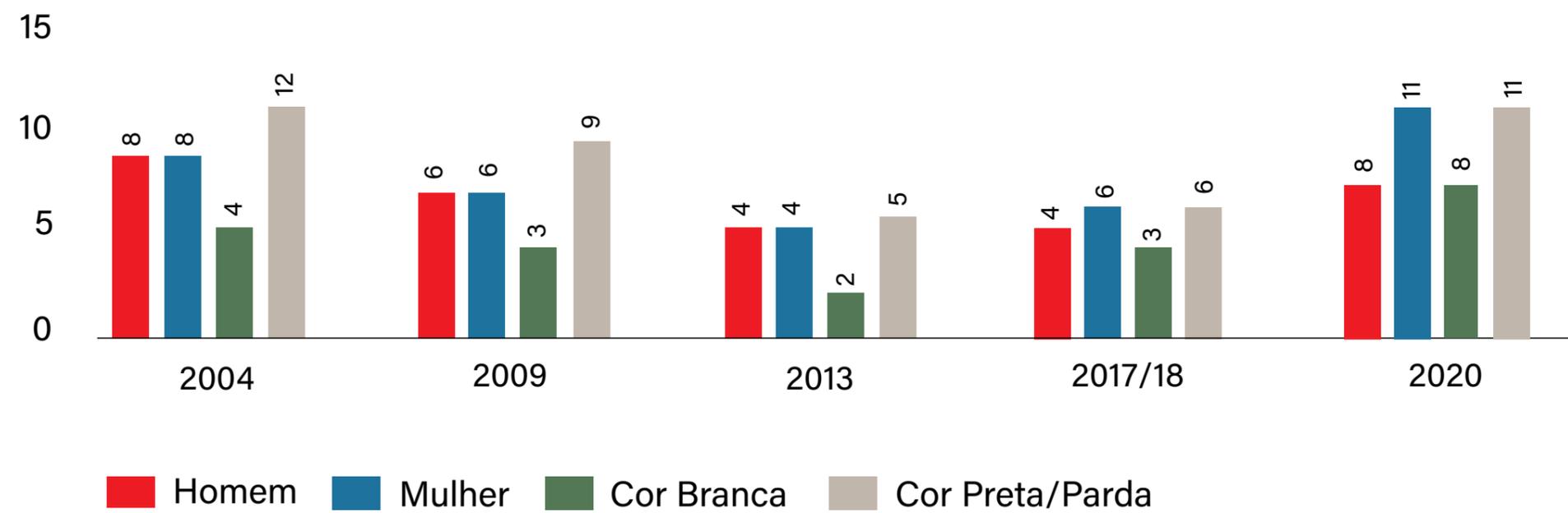
## GRÁFICO 14

Proporção da população residente em situação de insegurança alimentar moderada segundo sexo e cor/raça. Brasil.



### GRÁFICO 15

Proporção da população residente em situação de insegurança alimentar grave segundo sexo e cor/raça. Brasil.



Examinando-se os percentuais das quatro categorias, constata-se que, nas proporções daqueles que estão em segurança alimentar, homens e mulheres mantêm-se com índices equivalentes enquanto o país progride nesta situação. Mas a partir de 2017/18, quando a tendência se reverte, as mulheres ficam numa condição pior.

Essa reversão é acentuada nos diferentes níveis de insegurança alimentar a partir da penúltima averiguação (em 2017/18). Chama a atenção o fato de que, na insegurança alimentar moderada, o índice mais do que triplica para as mulheres, e não chega a duplicar para os homens.

Embora os determinantes destes diferentes graus de impacto de situações de crises socioeconômicas sobre a segurança/insegurança alimentar sejam múltiplos, há que se considerar os papéis atribuídos a homens e mulheres na relação com a alimentação, revelando uma assimetria entre ambos, que é permanente e que se intensifica quando crescem as dificuldades para a garantia da comida para todos na família. Neste aspecto, sobressai novamente o papel atribuído aos homens como provedores. Por isso, mereceriam maior disponibilidade de alimentos

dentro de casa, enquanto que a expectativa em relação às mulheres é de que dividam os alimentos que consumiriam, caso a disponibilidade seja menor.

De 2013 a 2020, nos domicílios com pessoas brancas, o agravamento da insegurança alimentar moderada triplica, enquanto, para pessoas pretas ou pardas, os números duplicam. Trata-se, sem dúvida, de um resultado que parece contrariar o que até aqui se afirmou em relação às desigualdades de raça/cor na segurança alimentar e que merece maior observação e análise. Mas não se pode deixar de considerar que os números e proporções partem de lugares completamente diferentes. Pretos e pardos encontram-se, muito mais acentuadamente, em insegurança alimentar moderada e grave. Na pesquisa de 2017/18, aplicada pelo IBGE, 72,3% das pessoas que estavam na categoria da insegurança alimentar moderada e 73,9% das que estavam na categoria da insegurança alimentar grave (fome) eram pretas ou pardas.

---

Viviana Santiago afirma,  
sobre os dados:

“Mostram que a fome tem cara preta de mulher, e isso na continuidade de uma condição de vulnerabilidade que remonta à escravidão e que ainda não foi corrigida, nem pela abolição, nem agora. As mulheres negras são aquelas em maior vulnerabilidade. O conceito de interseccionalidade ajuda a entender esse dado, pois mostra como diferentes fatores de identidade se conectam e como diferentes sistemas de discriminação estão relacionados com estes fatores de identidade”.

O acompanhamento do estado nutricional de indivíduos, que é efetuado regularmente pelo Ministério da Saúde, permite a seleção de diferentes filtros, incluindo as características de sexo e raça/cor. Este monitoramento se dá por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Para adultos ( $\geq$  ou  $>$  20 anos e  $<$  ou  $=$  60 anos), o recomendável é trabalhar com o índice de massa corporal (IMC), calculado a partir da relação entre o peso e a altura ao quadrado ( $\text{peso/altura} \times \text{altura}$ ), estabelecendo pontos de corte equivalentes ao baixo peso, ao adequado, ao sobrepeso e à obesidade. O público do SISVAN é aquele que se utiliza do SUS. A tabela 5 traz os resultados do sistema para o público adulto, em 2020. Observa-se que não são elevadas as diferenças nos índices, seja entre mulheres e homens de cor branca, preta ou parda, ainda que o mais baixo índice de adequação do IMC é o de mulheres pretas. Mas chama a atenção, sobretudo, os índices elevados de sobrepeso e obesidade, atestando a má alimentação que prevalece nesse público, que em sua maioria é de baixa renda.

**Tabela 5**  
Estado nutricional de adultos acompanhados em 2020, segundo sexo e cor/raça. Brasil

	Baixo Peso	Adequado	Sobrepeso	Obesidade
Mulheres Brancas	1,86	28,73	33,51	35,90
Mulheres Pardas	1,95	30,44	35,27	32,34
Mulheres Pretas	2,07	27,83	32,68	37,42
Homens Brancos	1,70	31,66	37,54	29,10
Homens Pardos	2,02	37,80	37,18	23,00
Homens Pretos	2,04	37,18	35,92	24,86

Fonte: Ministério da Saúde.  
Secretaria de Atenção Primária à Saúde

Embora ainda faltasse muito para constituir um sistema de proteção social sólido, que desse conta de garantir direitos à população mais vulnerável e condições para sua emancipação, o Brasil vinha avançando nessa direção. A ruptura ocorrida em 2016 faz esse movimento cessar. E, no tempo presente, assiste-se a uma permanente tentativa de destruição daquilo que foi antes construído.

## 6. Programa Bolsa Família

Entre várias políticas que foram implementadas, destacou-se a transferência de renda por meio do programa Bolsa Família, criado no final de 2003. Neste programa, a mulher foi priorizada como titular do cartão e administradora do valor transferido. Estima-se que 93% das famílias que recebem esse recurso pelo programa tem uma mulher como titular. Há que se considerar o caso de muitas famílias que não têm nenhum outro rendimento contínuo fora o Bolsa Família, o que traz para essas mulheres a primeira experiência de recebimento de algum rendimento garantido todo mês. Como afirma Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani, na importante publicação *Vozes do Bolsa Família – Autonomia, dinheiro e cidadania*: “As mulheres, a partir do recebimento da renda monetária, se apoderam de alguma forma de capacidade humana, como a de escolher certas opções”. A mesma obra revela, a partir de entrevistas, que estas mulheres não acreditavam que o programa poderia romper com o chamado círculo vicioso da pobreza. Elas, em sua maioria, desejavam que esse rompimento viria se dar com os filhos já adultos.

Conforme o antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 2014, das 14 milhões de famílias no Programa Bolsa Família, um total de 73% eram negras e 68% delas eram chefiadas por mulheres. Essa participação deve se manter inalterada nos números mais recentes do programa.

O Bolsa Família vem sofrendo reveses. A última correção no valor repassado se deu em março de 2018. Registraram-se, também, frequentes exclusões de famílias do programa, sendo que em março de 2020, quando se iniciava a epidemia da Covid-19 no país, o governo federal cortou 158 mil famílias, a maioria delas na região Nordeste. Ao mesmo tempo, arrastou-se, neste mesmo ano, uma fila de 1,5 milhões de titulares já reconhecidas com o direito de receber o repasse, que não foram atendidas. E no ano de 2021, as filas voltam a crescer, apesar do contínuo aumento do número de pobres e extremamente pobres.

## 7. Auxílio Emergencial

---

É comum atribuir à epidemia da Covid-19 no Brasil a responsabilidade pelos mais graves índices de pobreza e de insegurança alimentar. Mas é preciso lembrar que as escolhas que foram feitas, desde muito antes da pandemia, resultaram na situação em que agora o país se encontra. Por força da epidemia, no ano de 2020, a partir de proposta ao Congresso Nacional por iniciativa de organizações da sociedade, o país experimentou um processo de transferência de renda mais vigoroso, consubstanciado no Auxílio Emergencial. Esse programa, de caráter extraordinário, foi sancionado no início de abril e teve como alvo trabalhadores informais, desempregados e trabalhadores autônomos (microempresários e contribuintes individuais da previdência social). Poderiam receber o repasse até duas pessoas do mesmo domicílio. Mulheres chefes de família monoparental receberam o dobro do valor estabelecido. Famílias integrantes do Bolsa Família puderam optar por continuar recebendo o benefício ou passar a receber o que estava fixado pelo Auxílio Emergencial.

Embora a implementação tenha sido feita de forma absolutamente inadequada por aplicativo online da Caixa - desprezando instrumentos como o CadÚnico e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e colocando pessoas em risco de contágio da Covid-19 pelas aglomerações provocadas, - transferiu-se para os beneficiários os valores de R\$ 600 e R\$ 1.200 (para mães solo) a cada mês, de abril a agosto. Entre setembro e dezembro, os valores repassados foram reduzidos à metade. No período de janeiro a março de 2021, o Auxílio foi irresponsavelmente suspenso. E a partir de abril de 2021, menos beneficiários foram contemplados, e com valores ainda mais reduzidos, ou seja, R\$ 150 (para famílias de uma só pessoa), R\$ 250 (para famílias de duas ou mais pessoas) e R\$ 375 (para mães chefes de família monoparental). O já citado estudo do MADE, da USP, fez importantes estimativas<sup>15</sup> sobre as situações de pobreza e extrema pobreza em meses determinados dos quatro períodos, além da situação que prevalecia antes da chegada da epidemia, conforme a Tabela 6.

15. Foram criados 18 grupos de acordo com a renda (abaixo de R\$89 por mês, entre R\$89 e R\$178, e acima de R\$178), gênero (mulher ou homem) e raça (Branco, pretos e pardos e outros) e replicou-se na PNAD COVID19 o percentual de famílias que de acordo com a PNAD-CONTÍNUA receberam bolsa família em 2019 cada um dos grupos. Apenas famílias que recebem Auxílio Emergencial na PNAD-COVID19 são alocadas para imputação do bolsa família (nota extraída do estudo do MADA)

**Tabela 6**  
Pobreza e extrema pobreza da população total Brasil – Taxa e milhões de indivíduos

	Extrema Pobreza	Pobreza	Extrema Pobreza	Pobreza
Observado pré-pandemia	6,6%	24,8%	13,9	51,9
Observado Julho de 2020	2,4%	20,3%	5,0	43,0
Observado Outubro de 2020	5,1%	24,6%	10,9	52,1
Simulação sem Auxílio Emergencial	10,7%	31,4%	22,6	66,4
Simulação com Auxílio Emergencial de 2021	9,1%	28,9%	19,3	61,1

Fonte: Elaboração do MADE/USP a partir dos dados da PNAD Contínua 2019 (10. visita) e da PNAD Covid (Agosto e Novembro)

As estimativas da MADE mostram, em primeiro lugar, os ganhos propiciados pelo Auxílio em seus valores mais elevados, de acordo com a projeção para julho de 2020. Posteriormente, em outubro do mesmo ano, quando os valores já estavam reduzidos em 50%, os índices de extrema pobreza e pobreza já retornaram a níveis muito próximos daqueles observados na pré-pandemia. Os índices mais do que dobram para a extrema pobreza e se elevam substancialmente para a pobreza quando ele deixa de ser repassado, a partir da virada do ano. Também fica comprovada a insuficiência do valor do repasse quando o Auxílio retorna. Estes dados mostram a efetividade de uma política de renda básica, com valores compatíveis que cubram as necessidades básicas, no enfrentamento da pobreza monetária. As tabelas 7 e 8 desdobram as taxas observadas e simuladas por gênero e raça nas situações de pobreza e extrema pobreza. Fica caracterizado que, de fato, a situação de vulnerabilidade tem cor no Brasil.

Tabela 7  
Taxa de pobreza por gênero e raça observada e simulada

	Mulheres Negras	Homens Negros	Mulheres Brancas	Homens Brancos
Observado pré-pandemia	33%	32%	15%	15%
Observado Julho de 2020	26%	25%	14%	14%
Observado Outubro de 2020	32%	31%	16%	16%
Simulação sem Auxílio Emergencial	41%	39%	21%	21%
Simulação com Auxílio Emergencial de 2021	38%	36%	19%	19%

Fonte: Elaboração do MADE/USP a partir dos dados da PNAD Contínua 2019 (1a. visita) e da PNAD Covid (Agosto e Novembro)

Tabela 8  
Taxa de extrema pobreza por gênero e raça observada e simulada

	Mulheres Negras	Homens Negros	Mulheres Brancas	Homens Brancos
Observado pré-pandemia	9,2%	8,9%	3,5%	3,4%
Observado Julho de 2020	2,8%	2,8%	1,7%	1,8%
Observado Outubro de 2020	6,9%	6,6%	3,2%	3,2%
Simulação sem Auxílio Emergencial	14,6%	13,2%	6,8%	6,5%
Simulação com Auxílio Emergencial de 2021	12,3%	11,6%	5,6%	5,5%

Fonte: Elaboração do MADE/USP a partir dos dados da PNAD Contínua 2019 (1a. visita) e da PNAD Covid (Agosto e Novembro)

“A gente vive momentos difíceis, mas não podemos desistir e precisamos permanecer na luta pelo fortalecimento da economia e da saúde porque, hoje, temos muitas pessoas com depressão que vivem sem poder pagar as contas. Muitas vivem com Auxílio Emergencial, que de R\$ 1.200 caiu para R\$ 375. O que é possível fazer com esse dinheiro?” (representante de organização social que atua no semiárido baiano).

Famílias chefiadas por mulheres negras foram as que perderam mais renda com o aguçamento da crise provocada pela epidemia da Covid-19, conforme demonstra Fares et.al (2021)<sup>16</sup>. Daí a justeza de programas como o Auxílio Emergencial e outros em garantirem valores maiores para esses casos. Enquanto o Auxílio Emergencial foi praticado em seu valor original, ficou evidente a capacidade de erradicação da extrema pobreza e do hiato de gênero e raça. Mas, mesmo com esse êxito, permaneceu o diferencial negativo para a raça negra.

Segundo dados oficiais, o Auxílio chegou a 68 milhões de pessoas, sendo que 67% delas estavam desempregadas. Foram contempladas 40% das mulheres chefes de família. Pesquisa do Instituto Datafolha<sup>17</sup>, realizada em dezembro de 2020, mostrou que 36% dos beneficiários não dispunham de qualquer outra renda, salvo a do Auxílio.

O Auxílio Emergencial, aprovado pelo Congresso Nacional, significou uma inversão de aproximadamente 300 bilhões de reais, no ano de 2020, e não restam

---

16. MADE, 2021

17. O Globo, 21/12/2021

mais dúvidas que além do papel que teve de impedir o que seria uma explosão de miséria, também evitou uma queda ainda mais vertiginosa na taxa de crescimento do país. No entanto, o desmonte de programas e ações de enfrentamento da pobreza e da insegurança alimentar, que já tinha sido impulsionado quatro anos antes, pela aprovação da Emenda Constitucional - 95 (conhecida como Teto de Gastos), permaneceu e se intensificou quando a epidemia da Covid-19 chegou. Não é o propósito deste relatório se estender nesta discussão, que já vem sendo analisada em diversos estudos. Mas cabe apresentar, como exemplo, as perdas orçamentárias nos programas e ações de segurança alimentar (Tabela 9), assim como aconteceu com a saúde, a educação e a assistência social.

Ações orçamentárias de programas de segurança alimentar 2014, 2019 e 2020  
Em milhões de reais e taxa de variação

Ações orçamentárias	2014 (R\$)	2019 (R\$)	2020 (R\$)	Variação
Programa de Aquisição de Alimentos	1.300 milhões	287 milhões	151,6 milhões	-88%
Assistência Técnica e Extensão Rural	630 milhões	135 milhões	85,4 milhões	-86%
Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (Cestas)	82 milhões	27,4 milhões	6,0 milhões	-93%
Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural (Cisternas)	643 milhões	75 milhões	74,4 milhões	-88%
Apoio à organização econômica e promoção da cidadania de mulheres rurais	32,5 milhões	500 mil	0	-100%
Programa Bolsa Verde	106 milhões	0	0	-100%
Apoio ao desenvolvimento sustentável de comunidades quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais	106 milhões	0	0	-100%

Evidentemente, pela vulnerabilidade já demonstrada, proporcionada pelas desigualdades de gênero e étnico-raciais, mulheres e população negra são vítimas também da desestruturação dos órgãos governamentais como a antiga Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que se transformou em Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, dentro do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPIR/MMFDH) - que anteriormente era a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Estes órgãos foram completamente descaracterizados, em seus objetivos originais, e tornaram-se porta-vozes de posições retrógradas e contrárias às conquistas que vinham sendo logradas por mulheres e pela população negra. Entre 2014 e 2019, houve redução de 75% dos recursos do Programa de Políticas para as Mulheres. O Ministério, em 2020, exaltou o montante de valores recebidos, com a afirmação: “Vamos avançar também nas pautas de valores, bem como nas pautas conservadoras, defendendo os direitos humanos para todos”. Mas o que ocorreu foi diferente: dinheiro empenhado e pouco gasto. Do total do orçamento do Ministério naquele ano, somente 53%

foi efetivamente gasto, sendo que na rubrica de Direitos das Mulheres exíguos 2,7% e apenas 19,6% na de Igualdade Racial<sup>18</sup>.

---

---

18. Ferreira, 2021.

## 8. Medidas de urgência e de médio e longo prazo

---

Não cabe a este documento apontar medidas a serem tomadas, no marco das políticas públicas, que efetivamente enfrentam as desigualdades de gênero e raciais enquanto determinantes da pobreza e da insegurança alimentar. Isso cabe às organizações que há muitos anos já trabalham em torno desses temas, com valorosas contribuições sobre políticas públicas e que já mostraram o percurso a ser seguido na correção dessas iniquidades. Mas vale, a partir do que foi constatado em dados e, também, manifestado por interlocutoras com larga experiência nos temas tratados, expor pontualmente algumas questões que certamente serão debatidas, dada a urgência por tomada de decisões frente à gravidade das situações de expansão tanto da pobreza quanto da fome. Isso não dispensa a simultânea preocupação com medidas de resultados de médio e longo prazo que alterem de forma estrutural essa rota de produção de miserabilidade e insegurança alimentar.

Face ao quadro atual parece ser absolutamente urgente a revisão do atual valor do Auxílio Emergencial, que deve retornar aos patamares iniciais de R\$ 600 e R\$ 1.200 enquanto perdurar a epidemia da Co-

vid-19 nos graus de gravidade que se colocaram no país, além da necessária revisão de processos de seleção para a inclusão de beneficiários, que devem ser efetivamente contemplados. Recomenda-se que prefeitos e governadores instituem transferências de renda complementares que permitam o devido isolamento social às pessoas mais vulnerabilizadas. Não há dúvidas que estas medidas trarão repercussões muito favoráveis às mulheres e à população negra, que compõem o maior contingente em situação de pobreza durante a atual crise sanitária. E, em médio e longo prazo, e na expectativa pelo controle da epidemia, é preciso estabelecer um programa de renda básica permanente, a partir do que já se consolidou com o programa Bolsa Família, com valores compatíveis que assegurem uma vida digna e livre da extrema pobreza, e que promovam a base para a inclusão social de mulheres e da população negra. É também necessária uma especial atenção a políticas voltadas para crianças e adolescentes, considerando-se não apenas o que isto significa para os próprios, mas também para as mães e, em especial, para as mães solo, a partir do que lhes pode abrir de acesso ao trabalho remunerado e à segurança alimentar. É preciso garantir o recebimento de alimentação saudável equivalente à que é servida nas escolas quando estão abertas, a disponibilidade de in-

ternet para participação de aulas remotas enquanto as escolas não reabrem e um plano que não seja mais interrompido e que garanta a oferta de vagas em creches para todas as famílias com crianças na faixa de idade correspondente.

Em relação à alimentação escolar, um outro lado desse programa cumpre papel igualmente fundamental no enfrentamento da pobreza rural e na promoção da segurança alimentar, já que pelo menos 30% dos alimentos são, garantidamente, da agricultura familiar. A interrupção das aulas durante a epidemia dificultou, na maioria dos estados e municípios, o escoamento dessa produção, que contava com o imenso mercado de 43 milhões de alunos em 200 dias do ano. Entre esses agricultores encontra-se um contingente expressivo de mulheres, inclusive mulheres negras. É urgente e necessário que municípios e estados comprem essa produção e cuide dos preparos nas cozinhas de escolas para que as refeições sejam distribuídas às famílias enquanto perdurar a situação. A defesa desse programa deve ser ampliada, face às diversas tentativas que ocorrem no Congresso Nacional de alterações na lei da Alimentação

“Uma estratégia que nossa organização tem apoiado é fazer pressão sobre os gestores municipais, via programa de alimentação escolar. Não conseguiram no ano passado, mas nesse ano estão conseguindo. Já tem duas prefeituras nessa negociação. Mas não conseguiram que os alimentos fossem de produtores agroecológicos.”  
(representante de organização de apoio à agricultura familiar, em Remanso, BA).

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), criado em 2003, tem a virtude de ligar a produção da agricultura familiar e os recebedores destas compras institucionais. As agricultoras familiares desempenham um papel muito importante neste programa. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento, em 2019, foram 4.701 mulheres participando do PAA, o que representou aproximadamente 80% do total de agricultores envolvidos com o programa. Isto muito se deve ao estabelecimento em 2011 do critério de priorização na seleção e execução do programa, com uma participação mínima de 40% de mulheres beneficiárias como fornecedoras nas modalidades de Compra com Doação Simultânea e 30% na formação de estoques. O PAA foi vítima do desmonte de políticas empreendido a partir de 2016, com fortes restrições orçamentárias. Nesse sentido, e considerando a importância dele para as agricultoras que acessam o programa, é uma exigência que se restaurem os níveis orçamentários anteriores, e que sejam elevados em 1 bilhão de reais a cada ano. Também é uma reivindicação dessas mulheres agricultoras o apoio de produções orgânicas.

“É a primeira vez que a gente faz busca de recursos para doação de cestas e solicita ao governo cestas, e que adquira os produtos das agricultoras.”  
(Quebradeira de coco de babaçu, Maranhão).

“Estamos nos mobilizando para conseguir cestas básicas tanto dentro da organização quanto nas secretarias dos municípios, e também para conseguir inserir as mulheres nos projetos. E temos mulheres inseridas no PAA e no PNAE. Conseguimos o projeto de entrega de sementes, temos mulheres inseridas nas feiras da agricultura familiar dos municípios onde elas vendem seus produtos, tanto os da agricultura quanto os artesanatos.” (Mulher quilombola, no Estado do Maranhão).

Reafirma-se, também, a necessidade de ampliação do orçamento público e sua devida execução nas políticas sensíveis a gênero e raça, o que pressupõe fazer cair as restrições impostas pelo Teto de Gastos.

Destaca-se aqui a necessidade de que trabalhadoras domésticas e de cuidado estejam resguardadas dentro das redes de proteção social, com a devida regulação de seus direitos trabalhistas.

Reforça-se também a necessidade de políticas específicas dirigidas em favor de mulheres pobres e negras, vítimas de duplo preconceito de raça e gênero, para que sejam resgatadas da marginalização e da vulnerabilidade com mais rapidez.

"A sociedade civil tem se movimentado muito e é protagonista na questão da segurança alimentar. Distribuimos cestas, kits de higiene, e damos apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. A maioria dessas famílias são negras."  
(representante de organização social rural na zona da mata mineira).

É preciso ainda pleitear por espaços efetivos para mulheres e população negra em instâncias de participação. Foi isso que ocorreu com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que teve duas presidentes mulheres e ampla participação de mulheres negras. Lamentavelmente, no primeiro dia do atual governo este conselho, com incidência tão importante nas políticas públicas, foi extinto.

---

“Destacamos a experiência da Redes da Maré, que fez um banco de dados com 21.196 famílias. Conseguiram entrevistar mais de 12.486 mil famílias que receberam cestas básicas no ano passado. Destas, 78% eram chefiadas por mulheres, um total de 9.827 famílias. A maioria delas eram pardas ou pretas”. (Representante de organização que atua na comunidade da Maré, na cidade do Rio de Janeiro).

“Estamos nos organizando para criar um coletivo de mulheres e outro coletivo específico de mulheres quilombolas para estarmos reivindicando nas secretarias e na Câmara de Vereadores do município os nossos direitos de sermos comunicadas e inseridas nos projetos municipais.”  
(Mulher quilombola, no Estado do Maranhão).

“Somos um coletivo de mulheres negras e jovens. Temos um centro cultural quilombola Buieié, e as aulas serão lá. Fazemos a feira quilombola para geração de renda e fortalecimento dos vínculos com a terra. Temos visto pessoas doentes por alimentação inadequada, com alimentos industrializados.”  
(liderança quilombola, do quilombo Buieié na Zona da Mata mineira).

Por fim, enfatiza-se a importância da coleta e da sistematização de dados desagregados por sexo e raça. Reforça-se assim a necessidade de realização do Censo Demográfico em 2022, com as devidas abrangência e consistência que lhes são exigidas, contemplando informações sobre gênero e raça sem quaisquer supressões. Para isso, o IBGE precisa contar com recursos compatíveis.

Dentro de uma avaliação realista sobre a correlação de forças no nível federal, fica evidente que as possibilidades de reversão do desfavorável contexto atual de políticas públicas voltadas para mulheres e população negra em condições de pobreza é improvável. Reafirma-se assim a prioridade no fortalecimento da sociedade civil e a apresentação dessas pautas em coalizões de governos progressistas estaduais e municipais, como é o caso do Consórcio Nordeste.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Procurou-se aqui jogar uma lente de aumento sobre o machismo e o racismo como determinantes para a pobreza e a insegurança alimentar no Brasil. Os efeitos se potencializam ainda mais quando os dois se encontram, tal como se presencia em relação às mulheres negras, frequentemente vítimas de dupla marginalização. Os dados mostrados nesse relatório são apenas uma parte do que é gerado a partir das profundas desigualdades que continuam a prevalecer.

O machismo e o racismo são ideologias que se desdobram de formas objetivas e subjetivas. Abordamos predominantemente definições políticas que conferem privilégios a grupos humanos em detrimento de outros, organizando a sociedade em bases. Mas há que se considerar com o mesmo peso as apropriações de subjetividades, que moldam os homens ou os brancos para a dominação e as mulheres ou as pessoas negras para o servilismo.

Toda essa construção tem como origem a escravidão, que fez a sociedade abdicar de solidariedade cívica e cultural e estabelecer povos sem direito a terem direitos. Como afirma a professora Viviana Santiago: “Estamos falando aqui de um contexto de permanência de desigualdades, é preciso levar em conta que, a partir de um contexto de escravidão que viola essas mulheres em seus próprios corpos, transformados em estruturas reprodutivas da escravidão, elas são colocadas em espaço de extrema vulnerabilidade, que é dentro da casa dos algozes, e não são incorporadas à classe trabalhadora (nem os homens negros num primeiro momento) nascente. As mulheres negras são mantidas nas casas, “como se fossem da família”, e realizando o trabalho doméstico, sem nenhuma proteção social, sem nenhum esforço do Estado brasileiro por sua escolarização e instrumentalização profissional”. As mulheres negras carregam uma história, nesse país, de mulheres escravizadas, que eram trazidas para a lavoura, mas que ficavam na Casa Grande, com a objetivação de seus corpos para o trabalho e o sexo. Assim, é importante sublinhar que os componentes do racismo e do machismo antecedem em muito o sistema capitalista, mas também é inegável que esse sistema se alimenta destas desigualdades e as reproduz. O país vive um tempo de trevas, em que corriqueiramente se evidencia o projeto de descarte de corpos da po-

pulação negra, dentro de um caldo de intolerância e racismo. Mas são inegáveis os avanços e conquistas dos movimentos de mulheres e do movimento negro. Sem qualquer dúvida, a possibilidade de articulação desses movimentos nas diversas lutas a que são chamados a intervir potencializa em muito as suas forças. São lutas como as que estão relacionadas ao enfrentamento da pobreza e da insegurança alimentar, em que fica patente o quanto é determinante o peso dessas desigualdades.

---

“Temos procurado ver como mobilizamos nossas angústias para a luta. É normal estar angustiado, mas como a gente mobiliza nossa angústia e raiva para a luta e a transformação?”  
(representante de organização social rural na Paraíba).

“O momento é muito desafiador, temos que lidar tanto com nossas questões emocionais e financeiras, quanto com questões dos territórios que apoiamos. Atuamos em duas frentes: ajuda emergencial para sobrevivência diária e (na outra frente) captando recursos e escrevendo projetos. É difícil dormir porque temos chamamento dos territórios o tempo todo. Todo mundo está em terapia, algumas pessoas estão medicadas. Isso está fragilizando a gente, não tem como ter saúde mental em dia. A partir da escuta se dão os processos de cura. Ouvimos e encaminhamos para CRAS, CREAS. Às vezes não é fácil, a gente chora, se aperreia, mas é o que a gente pode fazer hoje.” (Liderança de organização de mulheres do Nordeste, Pernambuco).

“Somos nós mulheres negras que movimentamos a pirâmide. Se nós, mulheres pretas, chegamos até aqui, temos o papel humano e político de puxar as nossas irmãs para cima. Neste sentido, urge a necessidade de intensificar ações contra as opressões do racismo estrutural e de gênero”. (representante de organização do semiárido baiano, Feira de Santana, BA).

A Agenda 2030 tem, no seu quinto objetivo, a premissa de “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. E o objetivo 10 defende: “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”. Mas, sem dúvida, falta, entre o conjunto dos objetivos, mais um que reforce a importância de reduzir ou erradicar as desigualdades étnico-raciais. Na prática, as desigualdades de gênero e étnico-raciais devem percorrer todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, firmados por 193 países. O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável, trabalha no Brasil com essa perspectiva.

---

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (Angela Davis)





**ActionAid Brasil**

Rua da Glória 344, Salas 301 - 303

Glória - Rio de Janeiro - RJ

Cep: 20241-180

Tel: +55 (21) 2189 4600

 /actionaidbrasil

 /actionaidbrasil

 /actionaidbrasil

[www.actionaid.org.br](http://www.actionaid.org.br)